



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



MAYSSON DAVID TRAJANO DE SOUZA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
SOCIAIS E AMBIENTAIS DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DE PAPEL E
CELULOSE LISTADAS NA BM&FBOVESPA NOS PERÍODOS DE 2010 A 2012**

*SOUSA – PB
2014*

Maysson David Trajano de Souza

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
SOCIAIS E AMBIENTAIS DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DE PAPEL E CELULOSE
LISTADAS NA BM&FBOVESPA NOS PERÍODOS DE 2010 A 2012**

*Trabalho de conclusão de curso apresentado
a Coordenação de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Campina Grande –
PB como requisito parcial para obtenção do
título Bacharel em Ciências Contábeis.*

Orientador: *Prof^a. Msc. Ana Flávia
Albuquerque Ventura.*

Co-orientador: *Professor Doutor Allan
Sarmiento Vieira.*

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido trabalho de conclusão do curso, intitulado: Responsabilidade Social Empresarial: Um Estudo Comparativo das Informações Socioambientais Evidenciadas nos Relatórios de Administração e Sustentabilidade das Empresas de Papel e Celulose Listadas na BM&FBovespa nos Períodos de 2010 a 2012, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, Março de 2014.

*Maysson David Trajano de Souza
Autor*

MAYSSON DAVID TRAJANO DE SOUZA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
SOCIAIS E AMBIENTAIS DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DE PAPEL E CELULOSE
LISTADAS NA BM&FBOVESPA NOS PERÍODOS DE 2010 A 2012**

*Esta monografia foi julgada adequada para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis, e aprovada na forma final pela
Banca Examinadora designada pela
Coordenação do Curso do Centro de Ciências
Jurídicas e Sociais da Universidade Federal
de Campina Grande-PB.*

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

*Profa. Msc. Ana Flávia Albuquerque Ventura
Professor Orientador*

*Janaina Ferreira Marques de Melo
1º Membro examinador*

*José Ribamar Marques de Carvalho
2º Membro examinador*

*Sousa-PB
2014*

Dedico este trabalho a minha avó Maria Firmina de Sousa (in memoriam), por sempre ter acreditado na minha capacidade e pelo amor, carinho e cuidado dedicados a mim em todos os anos que estivemos juntos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me permitido concluir mais uma fase da minha vida e me conceder a força necessária para superar todas as dificuldades e desafios que apareceram durante essa árdua jornada.

Aos meus pais Marcondes Trajano de Souza e Maria Dalva de Andrade Trajano pela educação e valores ensinados que me permitiram amadurecer e progredir como ser humano e pelos sacrifícios e esforços empenhados que tornaram possível concluir minha jornada de estudos.

Ao meu irmão Mailson Dennis por todos os momentos que passamos juntos desde crianças, pelos momentos de descontração durante os intervalos do processo de realização desse trabalho e por ser a pessoa que pretendo inspirar com essa vitória.

Aos meus amigos e irmãos Albérto Araã e Marquinhos Bezerra pela fé depositada em mim e pelos momentos de alegria, descontração, apoio, incentivo, e preocupação que tivemos no decorrer dos últimos cinco anos me proporcionando ótimas recordações.

Ao meu amigo José Raryson por todos os momentos de alegria, estresse e descontração que tivemos, bem como pela ajuda mútua prestada nos trabalhos e provas.

As minhas amigas Érika e Eridiany por me ajudarem a superar as dificuldades, a amadurecer como ser humano e pelo apoio, incentivo e carinho concedidos a mim.

Ao meu primo Jefferson Gutembergh por toda a ajuda prestada em função dos meus estudos.

Aos meus primos Edmontiê e Douglas pelos momentos de diversão e alegria que me ajudaram a superar muitos desafios.

Ao Doutor Rossini Amorim Bastos, Senhor Airtton Abrantes e Senhora Maria Lenira Pires pela ajuda prestada que possibilitou meu ingresso na vida acadêmica e minha formação profissional.

A todos os meus amigos da turma 2009.2, pelos momentos de alegria e adversidades proporcionados ao longo desse curso, e um agradecimento especial para a amiga Samara Cristina (in memoriam), que será sempre lembrada por todos nós.

Aos amigos José Borges, Everton Diego, Claudervânio Araújo, Carlos André, Francisco Arthur, Valkiria, Risley, Lígia e Geisa por terem me proporcionado tantos momentos felizes e ótimas lembranças.

A minha orientadora Professora Ana Flávia, pessoa maravilhosa por quem desenvolvi um profundo respeito, carinho e admiração, a quem agradeço pelos elogios, pela paciência e incentivos dedicados a mim durante a realização desse trabalho.

A todos os meus familiares, amigos, colegas de trabalho, professores, que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho.

RESUMO

SOUZA, Mayssoon David Trajano de. *RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: Análise das Informações Sociais e Ambientais Divulgadas pelas Empresas de Papel e Celulose Listadas na BM&FBovespa nos Períodos de 2010 a 2012*. 2014. Monografia (Ciências Contábeis) – Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2014. 78 p.

As exigências impostas pela sociedade por uma evidenciação legítima e transparente de informações de caráter ambiental e social reflete o interesse das pessoas em saber como as empresas utilizam seus recursos, bem como estão contribuindo para a preservação do meio ambiente. Consequentemente, a responsabilidade social concretizou-se no atual ambiente empresarial como um fator importante para o crescimento das organizações. Analisar as informações sociais e ambientais divulgadas pelas empresas de papel e celulose listadas na BM&FBovespa nos períodos de 2010 a 2012. A metodologia utilizada consistiu num estudo classificado como descritivo e exploratório, cujo desenvolvimento procede através de pesquisa bibliográfica e documental com análise qualitativa. A análise dos dados foi feita através de uma comparação das informações presentes no relatório de sustentabilidade e relatório da administração. Os resultados obtidos permitiram identificar o que as empresas divulgam de forma superficial e específica. Como as informações pesquisadas são, em sua essência, divulgadas voluntariamente pelas empresas, a análise do relatório da administração permitiu identificar as informações que são divulgadas em caráter mais espontâneo e superficial, cujo principal objetivo consiste mais em enaltecer a imagem das empresas do que fornecer informações realmente úteis. Em contrapartida, a análise dos relatórios de sustentabilidade permitiu comprovar quais informações divulgadas no relatório da administração são realmente coerentes com a realidade da empresa, bem como possibilitou identificar as informações socioambientais que constituem sua imagem socialmente responsável. Também foi constatado que a maioria dos relatórios possuía informações referentes ao nível de aplicação das diretrizes GRI, o que permitiu agregar maior transparência e confiança no conteúdo apresentado. A conclusão expressa por Ciofi (2010) demonstrou certa concordância com os eventos constatados nessa pesquisa, pelo fato das análises realizadas apontarem uma evolução na elaboração dos relatórios da administração de algumas empresas, mesmo que a maioria das informações ainda seja superficial, evidenciando uma maior necessidade de transparência nas informações divulgadas.

Palavras-Chaves: *Responsabilidade Social; Papel e Celulose; Relatório de Sustentabilidade; Relatório da Administração.*

ABSTRACT

SOUZA, David Maysson of Trajan. *CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: A Comparative Study of Social and Environmental Information highlighted in the Reports of Directors and Sustainability of the Pulp and Paper Companies Listed on the BM & FBovespa in periods from 2010 to 2012.* 2014. Monograph (Accounting) - Academic Unit of Accounting Sciences, Federal University of Campina Grande, Sousa, 2014. 78 p.

Requirements imposed by society for a legitimate and transparent information disclosure of environmental and social character reflects people's interest in how companies use their resources and are contributing to the preservation of the environment . Consequently , social responsibility materialized in the current business environment as an important factor for the growth of organizations . Analyze social and environmental information disclosed by pulp and paper companies listed on the BM & FBOVESPA for the periods 2010 to 2012 . Methodology used consisted of a study classified as descriptive and exploratory , whose development proceeds through literature and documents with qualitative analysis . Data analysis was performed by a comparison of the information contained in the sustainability report and management report . The results allowed us to identify what companies disclose superficial and specific manner . As the information sought is , in essence , voluntarily disclosed by companies , analysis of the management report identified the information that is disclosed in more spontaneous and superficial character , whose main objective consists in praising the image of companies that provide information really useful . In contrast , the analysis of sustainability reports which helped to check information disclosed in the management report are actually consistent with the reality of the company as well as identify possible environmental information that constitute its socially responsible image . It was also noted that most of the reports had information regarding the level of application of the GRI guidelines , which allowed add greater transparency and confidence in the content presented . The conclusion expressed by Ciofi (2010) showed some agreement with events in this study , because the analyzes suggest an evolution in the preparation of management reports of some companies , even though most of the information is still superficial, demonstrating a greater need transparency in the information disclosed .

Key-Words: *Social Responsibility; Pulp and Paper; Sustainability Report, Directors' Report.*

LISTA DE QUADROS

<i>1- Amostra da pesquisa</i>	23
<i>2- Indicadores utilizados na avaliação de desempenho ambiental</i>	35
<i>3- Informações a serem divulgadas na Demonstração de Natureza Social e Ambiental</i>	47
<i>4- Orientações e princípios para definir o conteúdo</i>	53
<i>5- Princípios para garantir a qualidade</i>	54
<i>6- Orientações para estabelecer o limite do relatório</i>	54

LISTA DE FIGURAS

<i>1- Modelo de um sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001</i>	<i>34</i>
---	-----------

LISTA DE TABELAS

<i>1-Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Irani S. A.</i>	<i>55</i>
<i>2-Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Irani S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.</i>	<i>57</i>
<i>3-Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa CIA Melhoramentos de São Paulo.</i>	<i>58</i>
<i>4- Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa CIA Melhoramentos S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.</i>	<i>59</i>
<i>5-Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Fibria S. A.</i>	<i>61</i>
<i>6-Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Fibria S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial</i>	<i>62</i>
<i>7-Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Klabin S. A.</i>	<i>63</i>
<i>8-Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Klabin S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial</i>	<i>64</i>
<i>9-Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Suzano S. A.</i>	<i>65</i>
<i>10-Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Suzano S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.</i>	<i>66</i>
<i>11- Síntese da pontuação total alcançada pelas empresas na aplicação dos indicadores ambientais e indicadores essenciais Ethos.....</i>	<i>67</i>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DVA-	<i>Demonstração do Valor Adicionado.</i>
GRI –	<i>Global Reporting Initiative.</i>
NBC T –	<i>Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica.</i>
CFC –	<i>Conselho Federal de Contabilidade.</i>
CPC –	<i>Comitê de Pronunciamentos Contábeis.</i>
IBASE -	<i>Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.</i>
RSE-	<i>Responsabilidade Social Empresarial.</i>
ONU -	<i>Organização das Nações Unidas.</i>
SGA -	<i>Sistemas de Gestão Ambiental</i>
ISO –	<i>International Organization for Standardization</i>
GAN -	<i>Grupo de Apoio à Normatização Ambiental</i>
ABNT -	<i>Associação Brasileira de Normas Técnicas</i>
ADA -	<i>Avaliação do Desempenho Ambiental</i>
ICA -	<i>Indicador de Condição Ambiental</i>
IDA -	<i>Indicador de Desempenho Ambiental</i>
IDG -	<i>Indicadores de Desempenho Gerencial</i>
IDO -	<i>Indicadores de Desempenho Operacional</i>
IBRACON -	<i>Instituto Brasileiro de Contadores</i>
CVM -	<i>Comissão de Valores Mobiliários</i>
PC –	<i>Princípios de Contabilidade.</i>
FIPECAFI -	<i>Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis</i>
BP –	<i>Balço Patrimonial</i>
DRE –	<i>Demonstração do Resultado do Exercício</i>
DFC -	<i>Demonstração do Fluxo de caixa</i>
DOAR -	<i>Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos</i>
PIB –	<i>Produto Interno Bruto.</i>

RA – Relatório da Administração.

RS – Relatório de Sustentabilidade.

CIA – Companhia.

FCS - Forest Steward Council

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos	17
1.1.1	Objetivo geral	17
1.1.2	Objetivos específicos	18
1.2	Justificativa	18
2	METODOLOGIA	21
3	REFERENCIAL TEÓRICO	29
3.1	Responsabilidade Social Empresarial – (RSE)	29
3.2	Gestão Ambiental	32
3.3	Contabilidade	36
3.3.1	Contabilidade Ambiental	38
3.4	Evidenciação Contábil	40
3.4.1	Evidenciação Contábil Obrigatória	41
3.4.2	Disclosure Voluntário	46
3.4.3	Balanço Social	48
3.4.4	Relatório de Sustentabilidade – GRI	50
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICES	76

1 INTRODUÇÃO

As exigências impostas pela sociedade por uma evidenciação legítima e transparente de informações de caráter ambiental e social reflete o interesse das pessoas em saber como as empresas utilizam seus recursos, bem como estão contribuindo para a preservação do meio ambiente. Consequentemente a responsabilidade social concretizou-se no atual ambiente empresarial como um fator importante para o crescimento das organizações.

Conforme Azevedo e Cruz (2006), a prestação de contas exigida pela sociedade, tem por base identificar as entidades que geram prejuízos através da má utilização dos recursos naturais, ou que não investem em questões sociais, não provendo uma melhor qualidade de vida no ambiente onde se estabeleceram.

Como forma de encarar as obrigações sociais, muitas empresas realizam ajustes estratégicos visando manter sua situação estável no mercado. De acordo com Ferreira et al. (2004), construir uma imagem socialmente responsável inclui adotar uma estratégia que envolva a aplicação da ética em todo o processo decisório da empresa, refletindo assim uma preocupação de como estão contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Contudo, Gomes (2002) deixa claro que quando se trata de assumir posturas éticas, também existem empresas que procuram apenas satisfazer seus próprios interesses. Considerando os fatos expostos, é necessário não apenas exigir das organizações que informem seus atos, como também analisar a forma com que eles são evidenciados.

A contabilidade como ciência social destinada a fornecer informações a respeito do patrimônio das entidades, provê as organizações formas de evidenciar suas ações, sejam elas de natureza econômica, financeira ou social. Nesse contexto, a contabilidade ambiental apresenta-se como um segmento da contabilidade destinado a registrar as transações envolvendo utilização de recursos naturais, mostrando o impacto ambiental por parte das organizações e evidenciar as providências tomadas para recuperação e preservação do meio ambiente.

Sendo notável o nível de importância atribuído à responsabilidade social nas organizações nas últimas décadas, Ferreira et al. (2009) enfatizam a necessidade de demonstrações adequadas que reflitam a postura das empresas para com as questões sociais e ambientais, sendo essas tanto de caráter obrigatório como voluntário.

Atualmente as empresas utilizam várias formas de evidenciar suas informações sociais e ambientais. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA mostra como as empresas

distribuem as riquezas geradas e como essas influenciam o desenvolvimento econômico de suas respectivas localidades. O Balanço Social, por sua vez, engloba informações de natureza ambiental, econômica e social permitindo a interação das empresas com seu público de interesse e o Relatório de Sustentabilidade, cujas diretrizes para elaboração são promovidas pela Global Reporting Initiative (GRI), buscando promover maior padronização e transparência nas informações evidenciadas (INSTITUTO ETHOS, 2007).

O Brasil ainda caracteriza-se atualmente como um país flexível na divulgação de demonstrações como o balanço social ou o relatório de sustentabilidade, sendo considerados como instrumentos de evidenciação voluntária. Dentre as normas existentes no país que orientam a elaboração de demonstrações socioambientais, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T-15, estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC destaca-se por reunir um conjunto mais completo de informações a serem consideradas.

A Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6.404/76), alterada pela Lei nº 11.638/07 torna a DVA um instrumento de evidenciação de informações sociais obrigatório e o CPC 09, norma estabelecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece os critérios a serem cumpridos para elaboração e divulgação da DVA e inclusive também a considera como elemento constituinte do balanço social.

A importância da responsabilidade social e da utilização do Balanço Social no Brasil foi incentivada principalmente por organizações não governamentais como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social que são órgãos conhecidos por contribuir no aumento da divulgação voluntária do Balanço Social nas empresas brasileiras mediante o fornecimento de modelos pelo IBASE, que inclusive promove atualizações constantes de forma a alcançar um modelo mais abrangente de informações, e a disponibilização dos indicadores Ethos, sendo ferramentas que apresentam maior eficácia quando utilizadas em conjunto e conseqüentemente incentivando uma maior padronização e transparência, resultando num fornecimento de informações mais confiáveis.

O Global Reporting Initiative (GRI), segundo o Instituto Ethos (2007) é uma iniciativa internacional que visa aumentar os níveis de relevância e confiabilidade dos relatórios socioambientais e torná-los tão importantes quanto os relatórios financeiros. Com o intuito de ajudar a incorporação nessa iniciativa no Brasil, o Instituto Ethos também estabeleceu uma relação entre as diretrizes criadas pela GRI e os indicadores Ethos.

O crescente número de empresas brasileiras que passaram a utilizar o modelo GRI na elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade é um reflexo tanto de conscientização para

com as questões socioambientais como do que precisa ser feito para se manter no mercado.

Levando em consideração a importância da responsabilidade social, empresas brasileiras como as do segmento de papel e celulose costumam emitir anualmente relatórios de sustentabilidade baseados no modelo GRI, buscando transparecer suas ações para a sociedade. Tendo em vista que pertencem a um dos ramos industriais que possui um alto potencial de poluição e exaustão de recursos naturais de acordo com a Lei n° 10.165/2000, art. 3º, anexo VIII são naturalmente pressionadas a realizarem uma evidenciação constante de suas ações socioambientais.

Nesse ínterim, a evidenciação contábil atua no meio empresarial como uma forma de caracterizar qualitativamente as demonstrações elaboradas por gestões que adotam uma política socialmente responsável, destacando-se como um importante requisito a ser incorporado na emissão de informações socioambientais.

Segundo Paiva (2009), a evidenciação é a forma de as empresas expressarem publicamente que estão cumprindo com suas responsabilidades ambientais, deixando claro que a adoção de métodos preventivos para com os impactos causados no meio ambiente que transpareça uma conscientização dos gestores contribuirá tanto para uma imagem bem sucedida perante a sociedade quanto para a expansão do seu atual círculo de consumidores.

Diante das informações expostas, a presente pesquisa objetiva responder a seguinte questão:
Quais as informações sociais e ambientais divulgadas pelas empresas de papel e celulose listadas na BM&Fbovespa nos períodos de 2010 a 2012?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as informações sociais e ambientais divulgadas pelas empresas de papel e celulose listadas na BM&FBovespa nos períodos de 2010 a 2012.

1.1.2 Objetivos específicos

- ✓ *Identificar as empresas do segmento de papel e celulose que divulgam informações socioambientais;*
- ✓ *Comparar as informações ambientais nos relatórios de sustentabilidade e administração por meio dos indicadores ambientais sugeridos por Carneiro et al. (2008) e Pereira (2012);*
- ✓ *Descrever as informações sociais dos relatórios de sustentabilidade e administração com base no Instituto Ethos;*
- ✓ *Atribuir pontuação para o padrão de evidenciação socioambiental das empresas estudadas com base no estudo de Ciofi (2010).*

1.2 Justificativa

A sociedade encontra-se numa época na qual sofre as consequências de uma cadeia de eventos proveniente da falta de controle e importância devida a utilização de recursos naturais. Tais consequências, representadas pelos efeitos devastadores causados no nosso ecossistema, são um dos principais motivos do nível de relevância que a responsabilidade social alcançou atualmente e sua ligação direta com uma evidenciação transparente de práticas ambientais, econômicas e sociais pode ser a chave para uma relação concreta entre as empresas e os clientes/consumidores e vice-versa, diretamente relacionadas com seu progresso.

Como forma de atender as atuais exigências do mercado, presenciamos a inserção das informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade ou balanços sociais emitidos anualmente pelas empresas, cuja não obrigatoriedade reflete a conscientização dos gestores, seja ela voltada para o bem estar da sociedade ou para sobrevivência de suas organizações.

A indústria de papel e celulose, em virtude da natureza dos processos e atividades necessários para cumprir seus objetivos, é um dos ramos de empresas conhecidas como potencialmente poluidoras e que tem despertado o interesse dos stakeholders, visto que, avaliar o impacto ambiental de suas ações e o que as mesmas estão fazendo para evitar ou amenizar tais impactos pode contribuir para a construção de uma imagem empresarial

socialmente responsável.

Com o intuito de facilitar o acesso às informações divulgadas, muitas empresas possuem seus próprios sites, onde detalham seus princípios, valores, metas e demais informações que constituem a ideologia seguida por seus gestores, bem como disponibilizam seus demonstrativos contábeis voluntários.

Considerando as pesquisas realizadas em relação ao universo escolhido para o presente estudo, cabe destacar o trabalho feito por Pereira (2012) que teve como objetivo principal identificar de que forma as informações ambientais estão sendo evidenciadas nas maiores empresas de papel e celulose listadas na BM&FBovespa no período de 2007 a 2010, onde foi feita uma análise das ações ambientais apresentadas nos relatórios de sustentabilidade de cinco empresas brasileiras do ramo.

A autora considerou nos resultados obtidos o nível de informações qualitativas e quantitativas divulgadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas estudadas, bem como em quais indicadores ambientais cada empresa mereceu destaque na forma de evidenciação e por fim, concluiu que tanto a questão ambiental como o desenvolvimento sustentável são dois fatores cada vez mais importantes no mercado interno e externo.

Outra pesquisa que pode ser citada em relação ao presente tema é a de Paiva (2009), onde o autor objetivou mostrar o comportamento de determinado setor econômico baseado nos métodos utilizados para evidenciar os fatos e atividades relacionados ao meio ambiente. Assim como na pesquisa citada anteriormente, o setor escolhido foi o de papel e celulose em função de suas atividades serem relacionadas à natureza e por gerar resíduos e produtos altamente poluidores.

O autor realizou uma pesquisa de três partes com base numa amostra de 14 empresas que foram eleitas como as maiores do Brasil no setor de papel e celulose em 1999 pela revista exame. Como conclusão geral da pesquisa, ele afirmou que, tendo em vista o alto faturamento no período em 1999, as 14 empresas consideradas não demonstraram preocupação aparente em evidenciar informações ambientais concretas aos seus acionistas e o público em geral.

As informações analisadas possuíam apenas aspectos qualitativos não permitindo serem analisadas de um ponto de vista econômico, remetendo a ideia de que as empresas ainda mantêm boa parte das ações ambientais realizadas em segredo, impossibilitando os usuários de a informação contábil reunir informações consistentes que possibilitem análises, planejamentos ou tomada de decisões.

Perante o contexto apresentado, as imposições firmadas pela sociedade pelo aumento de empresas que adotem uma gestão socialmente responsável, a tomada de decisões por parte das mesmas no que diz respeito a controlar os impactos causados por suas ações para com a sociedade ou o meio ambiente e o nível de transparência com que essas ações são evidenciadas em seus respectivos demonstrativos contábeis concedem a devida importância a essa pesquisa.

2 METODOLOGIA

Nesse tópico serão expostos os procedimentos metodológicos utilizados para o estudo em questão, determinando e identificando o passo-a-passo para estruturação da pesquisa e sua construção. Conforme Gil (2008, p. 8) tal processo é descrito como “determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.”

Esta pesquisa realiza uma apresentação e avaliação das informações sociais e ambientais evidenciadas pelas empresas do segmento de papel e celulose no período de 2010 a 2012. Dessa forma caracteriza-se como pesquisa descritiva, pois segundo Martins e Theóphilo (2009 p. 108), “como o próprio nome sugere, a organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados é chamada de pesquisa descritiva.”

De acordo com a opinião de Gil (2008), as pesquisas de natureza descritiva têm como principal objetivo descrever as características de uma dada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre as variáveis. O autor também frisa que existem inúmeros estudos que podem ser intitulados assim e que uma de suas características mais expressivas consiste na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Como se trata de um tema atual, abrangente e pertinente pode-se classificar também como pesquisa exploratória. Segundo Gil (2008), o desenvolvimento de pesquisas exploratórias tem como objetivo promover uma visão geral, do tipo aproximativo, em volta de determinado fato. A aplicação desse tipo de pesquisa ocorre caso o tema escolhido para estudo for pouco explorado, dificultando a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis.

No que concerne aos procedimentos utilizados, o presente estudo classifica-se como bibliográfico e documental. Gil (2008) expressa sua opinião sobre a pesquisa bibliográfica ao explicar que a mesma tem seu desenvolvimento baseado em materiais já elaborados, compostos principalmente de livros e artigos científicos. Tendo em vista a opinião do autor, foram utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa livros, artigos, materiais eletrônicos, etc.

A pesquisa documental procedeu através dos relatórios da administração e relatórios de sustentabilidade das empresas do segmento de papel e celulose listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2010 a 2012. Conforme explica Gil (2008), existem muitas semelhanças entre a pesquisa documental e bibliográfica, sendo que o fator diferencial está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica utiliza as obras de diferentes autores sobre o assunto. Já no

caso da pesquisa documental são utilizados materiais que não receberam tratamento analítico, ou que podem ser elaborados novamente conforme os objetivos da pesquisa.

Levando em consideração a opinião de Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa bibliográfica visa fornecer uma explicação e discussão sobre um determinado assunto, tema ou problema, tomando por base as referências publicadas em livros, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, periódicos, sites, etc. Os referidos autores referenciam a pesquisa documental como sendo caracterizada por estudos realizados mediante a utilização de documentos como fontes de dados, informações e evidências.

Com relação à abordagem ou interpretação do problema, a pesquisa se classifica como qualitativa descritiva e exploratória. Conforme Sampieri (2006) para realização de uma pesquisa com enfoque qualitativo são utilizados procedimentos de coleta de dados sem medição numérica no intuito de descobrir ou aperfeiçoar as questões de pesquisa, assim como pode ou não provar hipóteses no processo de interpretação.

Levando em consideração os procedimentos metodológicos apresentados, o presente estudo é classificado como descritivo e exploratório, cujo desenvolvimento procede através de pesquisa bibliográfica e documental com análise qualitativa.

A população da pesquisa contempla seis (6) empresas listadas na BM&FBovespa e que publicaram os seus GRIs e RAs referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012. Para a seleção da amostra utilizou-se como critério a existência das demonstrações sustentabilidade socioambiental nos anos de 2010 à 2012. Esse critério foi adotado para determinação da população do estudo, em função das empresas divulgarem suas informações relacionadas a responsabilidade socioambiental.

Assim, partiu-se da premissa que estas empresas possuem iniciativas de ações sociais e preservação ambiental e, supostamente estariam evidenciando informações aos seus stakeholders, já que essas ações impactam de forma financeira, econômica e social no resultado dessas organizações.

A amostra final totalizou cinco (5) empresas, que são: Celulose Irani S.A, Cia Melhoramentos de São Paulo, Fibria Celulose, Klabin Celulose S. A. e a Suzano Papel e Celulose. O Quadro abaixo apresenta as empresas que compõem a amostra da pesquisa.

Nº	EMPRESA
1	CELULOSE IRANI S.A.
2	CIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO
3	FIBRIA CELULOSE S.A.
4	KLABIN S.A.
5	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

Quadro 6: Amostra da pesquisa.

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

A **Celulose Irani S. A.** é composta por quatro unidades de negócios: Papel, Embalagem, Meu Móvel de Madeira, Resinas e Florestal, localizadas em Vargem Bonita - SC, Indaiatuba - SP, Rio Negrinho - SC, Balneário Pinhal – RS e em São José do Norte - RS. Possui também, escritórios em São Paulo - SP, Joaçaba - SC e matriz em Porto Alegre – RS.

A empresa Celulose Irani S.A. atua no mercado como uma das principais indústrias no cenário nacional no ramo de celulose, papel e embalagens de papelão ondulado. A missão da organização é construir relações de valor, buscando a prosperidade dos clientes, o desenvolvimento das pessoas e lucros admiráveis com equilíbrio entre meio ambiente e sociedade.

Tendo como visão, estar entre as três maiores empresas do Brasil no segmento de papel para embalagens e embalagens de papelão ondulado. E como social está entre as melhores empresas para se trabalhar no país. Os valores da empresa tem ênfase na responsabilidade socioambiental, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico, social, ambiental, das regiões em atua.

A **CIA Melhoramentos de São Paulo** se localiza nas unidades de Caieiras (SP), Camanducaia (MG) e em Bragança Paulista (SP). A empresa já esta no mercado há mais de 120 anos. Desde então, suas atividades se desenvolvem em torno do papel e de sua importância como suporte de informações.

A **Fibria celulose S.A.**, tem sua localização situada em sete estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. É uma empresa brasileira com marcante presença no mercado internacional de produtos florestais. Com uma missão de desenvolver o negócio florestal renovável como fonte sustentável da vida.

A sua visão de consolidar a floresta plantada como produtora de valor econômico. Gerar lucro admirado, associado à conservação ambiental, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Seus valores consistem em buscar crescimento sustentável com geração de valor. Atuar

de forma responsável e transparente, respeito às pessoas e disposição para aprender, crescer com coragem para fazer, inovar e investir.

A Klabin S. A. possui 17 unidades industriais no Brasil que estão distribuídas por oito Estados e uma das suas filiais está instalada na Argentina. Seus escritórios comerciais atendem em 21 dos 26 Estados brasileiros. Podendo considerar atuação em massa no território nacional.

É considerada a maior empresa de fabricação de papel e celulose do Brasil, exportando também para Espanha e Inglaterra. Na bolsa de valores é vista como a mais transparente das empresas listadas no Bovespa, no seguimento Papel e Celulose obtendo o Nível 2, ou seja, o nível que toda empresa deseja chegar.

A empresa tem como missão garantir que a manutenção e melhoria da produtividade e da qualidade dos plantios florestais para utilização na produção de papéis para embalagens e produtos sólidos de madeira. Tem como visão atividades exercida de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

A Suzano papel e celulose S.A possui duas empresas no Brasil, localizado estados de São Paulo e Bahia. E no exterior possui mais três unidades nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. Com uma missão oferecer produtos de base florestal renovável, celulose e papel, destacando-se globalmente pelo desenvolvimento de soluções inovadoras e contínua busca da excelência e sustentabilidade em nossas operações.

A empresa tem como visão estar entre as maiores e mais rentáveis empresas de base florestal do mundo e ser reconhecida pelas práticas de respeito às pessoas e ao meio ambiente. Seus valores na preservação da vida como valor fundamental da empresa, da transparência e dos princípios éticos como norte para toda e qualquer ação ou decisão.

No intuito de proceder com o embasamento necessário para o processo de análise das informações socioambientais, foram constituídas duas tabelas de maneira a permitir uma análise comparativa dos principais indicadores socioambientais nos Relatórios de Administração e sustentabilidade das empresas estudadas.

A primeira tabela, conforme consta no apêndice, foi elaborada com base no modelo utilizado por Carneiro, De Luca e Oliveira (2008) onde realizaram uma investigação sobre a evidenciação de informações de natureza ambiental elaborada por empresas petroquímicas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Também foram incluídos alguns indicadores utilizados por Pereira (2012) em sua análise das informações ambientais evidenciadas pelas empresas

que compõem a amostra da presente pesquisa, sendo que também tomou como base o modelo dos autores citados anteriormente.

Com base nos modelos utilizados pelos autores citados no parágrafo anterior, foi realizado um levantamento de indicadores ambientais importantes a serem analisados nos relatórios de administração e sustentabilidade das empresas escolhidas para amostra, sendo organizados em tópicos específicos, conforme listados a seguir:

Informações Financeiras Ambientais

- *Provisão para despesas com danos/remediação ambientais;*
- *Reserva Florestal.*

Políticas Ambientais

- *Certificação FSC;*
- *Sistema de Gestão Ambiental (Certificação ISO 14001);*
- *Políticas de monitoramento e segurança ambiental;*
- *Investimentos em tecnologia de produção eco-eficientes;*
- *Estabelecimento de objetivos e metas ambientais.*

Impacto Ambiental

- *Tratamento de efluentes líquidos;*
- *Redução de efluentes;*
- *Redução de emissões atmosféricas;*
- *Redução de efluentes líquidos orgânicos e inorgânicos;*
- *Redução de resíduos industriais;*
- *Tratamento de resíduos industriais;*
- *Reciclagem de embalagens.*

Insumos Ambientais (Água e Energia)

- *Redução do consumo de água;*
- *Reuso da água;*
- *Uso de resíduos na produção de energia;*
- *Redução do consumo de energia.*

Matéria-prima

- *Uso eficiente de matéria-prima;*

- *Uso de materiais eco-eficientes.*

Legislação Ambiental

- *Conformidade com a legislação ambiental;*
- *Créditos de Carbono;*
- *Licenças ambientais de operação;*
- *Educação Ambiental;*
- *Programas de educação ambientais para colaboradores;*
- *Programas de educação ambientais para a comunidade.*

Recuperação, Preservação e Conservação de Áreas Ambientais

- *Recuperação de áreas degradadas;*
- *Projetos de preservação e conservação de áreas ambientais;*
- *Ações de saneamento básico em comunidades do entorno;*
- *Reflorestamento;*
- *Fomento Florestal - parceria com produtores.*

Outros

- *Premiado por ações de responsabilidade ambiental;*
- *Políticas de melhorias ambientais não especificadas;*
- *Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas;*
- *Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores.*

A segunda tabela foi estruturada com base nos indicadores do Instituto Ethos de responsabilidade social pertencentes à categoria essencial por, de acordo com o mesmo, preencher a “agenda mínima” da RSE/sustentabilidade. Foram escolhidos os 24 (vinte e quatro) indicadores essenciais contidos nas quatro dimensões de negócios sustentáveis e responsáveis traçadas pelo Instituto Ethos, sendo organizados da seguinte forma:

Visão e Estratégia

- *Estratégias para sustentabilidade;*
- *Proposta de Valor.*

Governança e Gestão

- *Código de Conduta;*
- *Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado);*

- *Engajamento das Partes Interessadas;*
- *Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Integrados;*
- *Concorrência Leal;*
- *Práticas Anticorrupção;*
- *Sistema de Gestão de Fornecedores;*
- *Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão.*

Social

- *Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos;*
- *Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva;*
- *Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva;*
- *Promoção da Diversidade e Equidade;*
- *Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais);*
- *Relações com Sindicatos;*
- *Saúde e Segurança dos Empregados;*
- *Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho;*
- *Relacionamento com o Consumidor;*
- *Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços;*
- *Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade.*

Ambiental

- *Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas;*
- *Sistema de Gestão Ambiental;*
- *Logística Reversa.*

Em vez de abranger um conjunto de indicadores de natureza apenas social, a referida tabela adotou tal estrutura pelo fato da maioria das empresas a serem analisadas evidenciar sua aderência aos princípios do Pacto Global, permitindo uma melhor análise com relação à presença do desenvolvimento sustentável nas ações da empresa, o que conseqüentemente proporcionará uma visão mais ampla do conceito de responsabilidade social presente em sua gestão.

O principal objetivo de utilização dessas tabelas para análise consiste em evidenciar as informações divulgadas de forma específica e superficial nos relatórios de sustentabilidade e de administração, respectivamente, proporcionando formas de melhorar o nível de

comparação entre eles e a confiabilidade, transparência e relevância que sua utilização conjunta pode promover.

Levando em consideração que as informações de caráter social (com exceção da demonstração do valor adicionado) e ambiental são incluídas nos relatórios da administração de forma mais espontânea, permitindo as empresas evidenciar o que mais lhe convém, a comparação com o relatório de sustentabilidade (que apesar de ser voluntário, muitas vezes apresenta o nível de aplicação das diretrizes GRI, tornando-o mais confiável) pode permitir aos stakeholders avaliar se as informações evidenciadas de forma superficial no RA são expressadas de forma condizente ao conteúdo divulgado no relatório de sustentabilidade.

*A qualidade das informações evidenciadas nos relatórios é representada nas tabelas através de pontuações atribuídas conforme a metodologia utilizada por Ciofi (2010) em sua investigação sobre o nível de responsabilidade socioambiental das empresas do setor de papel e celulose realizada através de uma confrontação do conteúdo apresentado em seus relatórios de sustentabilidade com as diretrizes da GRI e as informações econômico-financeiras dos Relatórios da Administração, sendo caracterizadas da seguinte maneira: **1,0** nos casos em que a informação estiver presente; **0,5** para informações mais pontuais e superficiais; **0** quando houver ausência de informação; **NA** (Não Aplicável) em informações que não pertencem à realidade da empresa estudada.*

O método de atribuição da pontuação citada foi aplicada no presente estudo levando em consideração o padrão de evidenciação de informações socioambientais utilizado nos relatórios de cada empresa, bem como suas características descritivas, quantitativas expressas em valores monetários e não monetários pelo fato do conjunto de indicadores utilizados nas tabelas de análise apresentarem tais qualidades. Portanto, a pontuação máxima será atribuída para as informações que apresentarem sua principal característica de forma específica seja em forma valor, unidade de medida, ou detalhe qualitativo necessário.

*No intuito de proporcionar um melhor entendimento em relação à pontuação total atribuída na análise dos indicadores socioambientais de cada empresa, o presente estudo buscou, mais uma vez, o embasamento necessário no trabalho de Ciofi (2010), adaptando-o de acordo com os objetivos da pesquisa. De maneira a proporcionar um melhor entendimento a respeito da pontuação total alcançada pelas empresas, o somatório dos pontos alcançados por cada relatório em cada ano analisado foi dividido pelo total de indicadores aplicados em cada tabela, onde o valor obtido foi multiplicado por 10. Tal operação foi caracterizada pela seguinte fórmula: **Total de pontos/número total de indicadores * (10)**. A aplicação da fórmula citada permite que as pontuações oscilem em uma escala entre 0,0 e 10,0.*

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Responsabilidade Social Empresarial – (RSE)

No atual ambiente empresarial, presenciamos um número cada vez maior de organizações que buscam um equilíbrio com o meio social onde se encontram inseridas. Como resultado de um processo acumulativo de consequências derivadas do uso desenfreado de recursos naturais não renováveis, a busca por uma sociedade sustentável onde as forças produtivas e a natureza possam conviver harmoniosamente assume grande importância no cenário mundial. As organizações estão sendo conduzidas a assumir posturas éticas e socialmente responsáveis, seja de maneira voluntária ou por uma exigência do mercado global (ALBUQUERQUE, 2009).

O Instituto Ethos (2007) aponta a responsabilidade social como sendo uma forma de gestão definida por uma postura ética e transparente da empresa para com todos os públicos relacionados a ela e pela instituição de metas empresariais que estimulem o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo que tal forma de gestão socialmente responsável é refletida nas empresas através da preservação de recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeito pela comunidade, redução das desigualdades sociais, etc.

Barros e Tenório (2006) se referem à responsabilidade social como sendo qualquer atividade exercida por uma empresa disciplinada em valores éticos que tenha por objetivo atender as necessidades dos stakeholders – agentes com os quais a empresa interage (clientes, consumidores, investidores, fornecedores, governo, etc.).

Ventura e Vieira (2006), através de sua pesquisa sobre o tema de responsabilidade social, confirmaram que o IBASE e o Instituto Ethos são os líderes em promover o movimento no Brasil, citando-os como os principais responsáveis por transformar a Responsabilidade Social Empresarial – RSE em um valor a ser considerado pela sociedade brasileira estando presente em constantes debates públicos.

Em 1999 o secretário geral da Organização das Nações Unidas - ONU Kofi Annan fez um convite para as empresas do setor privado que, juntamente com as agências das Nações Unidas e atores sociais unissem forças para contribuir com o avanço da prática de responsabilidade social corporativa visando uma economia global mais sustentável e inclusiva. Essa proposta resultou no que hoje se conhece como Pacto Global ou Global Compact,

iniciativa voluntária e que instituiu dez princípios a serem seguidos pelas empresas que pretendem adotar uma política socialmente responsável (THE GLOBAL COMPACT, 2004).

Os referidos princípios foram criados e organizados com base em quatro categorias: Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção Ambiental e o Princípio Contra a Corrupção. De acordo com o Global Compact (2004) e o Instituto Ethos (2003), são ordenados da seguinte forma: Favorecer e acatar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; Proibir violações contra os direitos humanos; Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva; Estar a favor da eliminação de qualquer forma de trabalho forçado; Apoiar a erradicação permanente do trabalho infantil; Tomar providências para qualquer tipo de discriminação no ambiente de trabalho; Adotar medidas de prevenção para os desafios ambientais; Promover iniciativas visando o incentivo da responsabilidade ambiental; estimular o uso de tecnologias ambientalmente sustentáveis e combater todas as formas de corrupção, incluindo extorsão e suborno.

A resposta brasileira a proposta lançada pelo secretário geral das nações unidas foi manifestada pelo Instituto Ethos que, no primeiro semestre de 2000, promoveu um processo de contratação onde 206 empresas brasileiras se dispuseram a pôr em prática a referida proposta. A lista das empresas que decidiram participar do movimento foi entregue ao secretário geral das Nações Unidas durante uma reunião realizada em 26 de julho de 2000 na cidade de Nova Iorque (THE GLOBAL COMPACT, 2004).

Na mesma ocasião, o Instituto Ethos divulgou uma proposta focada promover um evento no Brasil sobre a aplicação dos princípios estabelecidos pelo Global Compact. Tal evento foi realizado em Belo Horizonte no segundo semestre de 2001 onde estavam presentes mais de 300 representantes do meio empresarial, acadêmico, de organizações da sociedade civil, jornalistas e agências das Nações Unidas. Em consequência dos encontros internacionais promovidos por esse movimento foi estabelecido o Comitê Brasileiro do Global Compact que dentre suas principais funções está a de fortalecer o movimento de responsabilidade social no país (THE GLOBAL COMPACT, 2004).

Na sua jornada em busca pelo aumento da responsabilidade social das empresas brasileiras, o Instituto Ethos promoveu indicadores de RSE que, desde 2000, atuam de forma gratuita como uma ferramenta de gestão procurando incorporar ações de sustentabilidade e RSE em suas gestões estratégicas de negócios, de maneira a caracterizá-las como empresas sustentáveis e responsáveis (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Para facilitar o uso desses indicadores, o Instituto Ethos disponibilizou em seu site uma ferramenta constituída de um questionário que permite a empresa realizar uma

autodiagnóstico de sua gestão e por apresentar um sistema de preenchimento online, possibilita também que a empresa obtenha relatórios, fornecendo formas de planejar e gerir suas metas para o avanço da gestão voltada para a temática de RSE e sustentabilidade (INSTITUTO ETHOS, 2014).

O Instituto Ethos, no intuito de mostrar a interação existente entre o movimento de responsabilidade social no Brasil e o Global Compact, apresentou a relação existente entre os indicadores Ethos de responsabilidade social e os princípios estabelecidos pelo Global Compact. Nesse Estudo foram listadas as empresas brasileiras que cumpriam os requisitos dos princípios considerados (INSTITUTO ETHOS, 2003).

Como resultado de tantos movimentos realizados no Brasil a favor de gestões socialmente responsáveis presenciamos o aumento de discussões a respeito do tema em ambientes, sociais, acadêmicos, empresariais, etc. Passador (2002) explica que os defensores de uma postura socialmente responsável referenciam tal comportamento como fator diferencial que contribui para construção e consolidação da imagem empresarial perante a comunidade, representando um investimento para o desenvolvimento sustentável e sucesso em longo prazo.

Segundo Neves e Dias (2013), a responsabilidade social pode ser de caráter interno ou externo, sendo que no interno estão às ações relacionadas para com os funcionários como saúde e segurança, realização de investimentos em capital humano, controle dos impactos e investimentos ao meio ambiente, entre outras. O caráter externo se refere a ações tomadas a favor da comunidade, sua relação com fornecedores, consumidores e parceiros comerciais, autoridades públicas, Organizações Não Governamentais – ONG's, etc.

Conforme opina Albuquerque (2009), na época atual, muitos executivos já se conscientizaram de que um desenvolvimento sustentável de longo prazo só será possível mediante a prática de ações socialmente responsáveis e que uma melhor qualidade de vida para a comunidade onde a organização se encontra instituída ocasionará tanto um aumento no lucro auferido pela empresa quanto contribuirá para uma melhor imagem a ser vista por seus clientes, concorrentes e parceiros.

O autor também expressa seu ponto de vista ao explicar fatos que levaram as consequências ambientais que presenciamos hoje se referindo aos produtos criados em função da evolução tecnológica alcançada no século XX, como celulares, fraldas descartáveis, computadores, garrafas pet dentre muitos outros que geraram facilidades e benefícios para a sociedade, mas em contrapartida também deram origem a geração de resíduos (em muitas ocasiões tóxicos) que não mostravam possibilidades de ser reutilizado o que por sua vez provocou

contaminações no solo, água e ar em grandes escalas no atual século XXI por causa de seu uso descontrolado.

Tal situação levou a sociedade a exigir uma prestação de contas das organizações a respeito das ações tomadas para controle desses impactos. Então providências tomadas como o controle da poluição, ações de reflorestamento, reciclagem do plástico, limpeza de mares, rios e mangues são reflexos de atos socialmente responsáveis, principalmente quando são praticados pelas empresas cujos produtos originaram as atuais consequências ambientais. A empresa que passa a praticar atos como esses, pode se beneficiar com o aumento no número de clientes e consumidores que valorizam a imagem adotada por ela, passando a fazer divulgações e recomendações a contatos conhecidos, causando um aumento na popularidade e qualidade dos produtos e serviços que levam sua marca (ALBUQUERQUE, 2009).

Tendo em vista a grande variedade de temas discutidos atualmente sobre responsabilidade social e sua relação direta com as questões ambientais, Tachizawa (2011) se refere à responsabilidade social e ambiental como o significado de efetividade (que por sua vez está relacionada ao cumprimento dos requisitos de natureza social, econômica e cultural), ao alcance de metas de desenvolvimento econômico e social. O autor também cita que a gestão ambiental e a responsabilidade social são formas das empresas esboçarem suas reações diante das novas necessidades de seus clientes.

Dessa forma, Tachizawa (2011) deixa em evidência a relação existente entre o aspecto social, econômico e ambiental no desenvolvimento sustentável da sociedade, fazendo com que sua opinião seja complementada pela de Passador (2002) onde a mesma explica que a dimensão social, econômica e ambiental representam os três pilares que formam o conceito de desenvolvimento sustentável. Portanto, a gestão ambiental no atual ambiente empresarial é outro tema importante a ser considerado na presente pesquisa.

3.2 Gestão Ambiental

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008), desde a década de 30 que a humanidade vem sofrendo consequências ambientais severas devido à falta de atenção e cuidado ao meio ambiente. Dentre as principais causas que tornaram o meio ambiente um tema de repercussão mundial, os mais preocupantes são o aquecimento global ou efeito estufa, a extinção de espécies, destruição crescente da camada de ozônio, poluição de mananciais,

destruição de florestas e a disponibilidade de água em função do crescimento da população mundial.

Em decorrência do aumento da preocupação com o meio ambiente proveniente das causas citadas, Albuquerque (2009) aponta a mudança de atitude no ambiente empresarial que passou a incluir a gestão ambiental na realização de suas atividades de produção como forma de responder as novas tendências mundiais em promover um desenvolvimento sustentável e cumprir as novas leis de proteção ambiental.

Nesse contexto, a gestão ambiental surge no meio organizacional como todas as ações tomadas pela empresa para diminuir ou evitar os impactos ambientais causados por suas atividades ou, em outras palavras, o modo de agir escolhido para conquistar o padrão de qualidade desejado na gestão de recursos naturais (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Tachizawa (2011) explica que o mercado de trabalho sofreu grandes mudanças forçando as organizações a adotarem novos modelos de gestão que envolve responsabilidade social e gestão ambiental, originando novas necessidades como treinamento dos funcionários, ambientes de trabalho higiênicos e seguros, melhor qualidade de vida, estratégias de cargos e salários, controle dos impactos ambientais, etc.

Conforme esclarece Albuquerque (2009), um novo mercado mundial foi instituído desde que o Protocolo de Kyoto foi assinado em 1997 e passou a vigorar no início de 2005, objetivando reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa ao estipular uma meta de redução de 5% até 2012 para os países industrializados.

Como consequência disso, as empresas potencialmente poluidoras dos países que se comprometeram a cumprir a meta estabelecida escolheriam entre ajustar seu processo de produção de modo a diminuir a emissão desses gases ou iriam optar por comprar as reduções de gases obtidas em outros países.

Como forma de administrar os recursos naturais de maneira organizada, muitos gestores optaram por utilizar Sistemas de Gestão Ambiental – SGA. Segundo Tinoco e Kraemer (2008), um SGA estabelece os procedimentos para a correta gestão de recursos naturais numa organização através do planejamento de atividades, instruções de trabalho e controles, tornando possível uma forma de estruturar as metas a serem atingidas, bem como também demonstrar que foram atingidas.

Com o objetivo de estabelecer os parâmetros a serem considerados no SGA, a International Organization for Standardization – ISO ou Organização Internacional para Padronização criou

a ISO 14000, que é uma série de normas voltadas para a definição de parâmetros e diretrizes internacionais a serem seguidos por qualquer tipo de empresa, com ênfase para aquelas que são potencialmente poluidoras.

O Grupo de Apoio à Normatização Ambiental – GANA, criado em 1994 com o apoio da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, contribuiu para a discussão e desenvolvimento da série de normas ISO 14000 em âmbito internacional e na tradução e publicação das mesmas no cenário empresarial brasileiro. Posteriormente, em 1999, foi substituído pelo Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental que deu continuidade a suas atividades e representando a importância expressa pelo país na aplicação e cumprimento das normas de gestão ambiental (INSTITUTO BRASIL PNUMA, 2014).

Dentre as principais normas traduzidas e publicadas no Brasil, encontra-se a Norma Brasileira – NBR ISO 14001, voltada para os SGA, definidos como uma estrutura desenvolvida que permita a empresa controlar devidamente o impacto que suas ações possam causar ao meio ambiente e também melhorar suas transações e negócios. Com o intuito de orientar a empresa na introdução do SGA, a NBR ISO 14001 estabelece os requisitos a serem cumpridos e considerados na estrutura do sistema conforme representado na Figura 1:

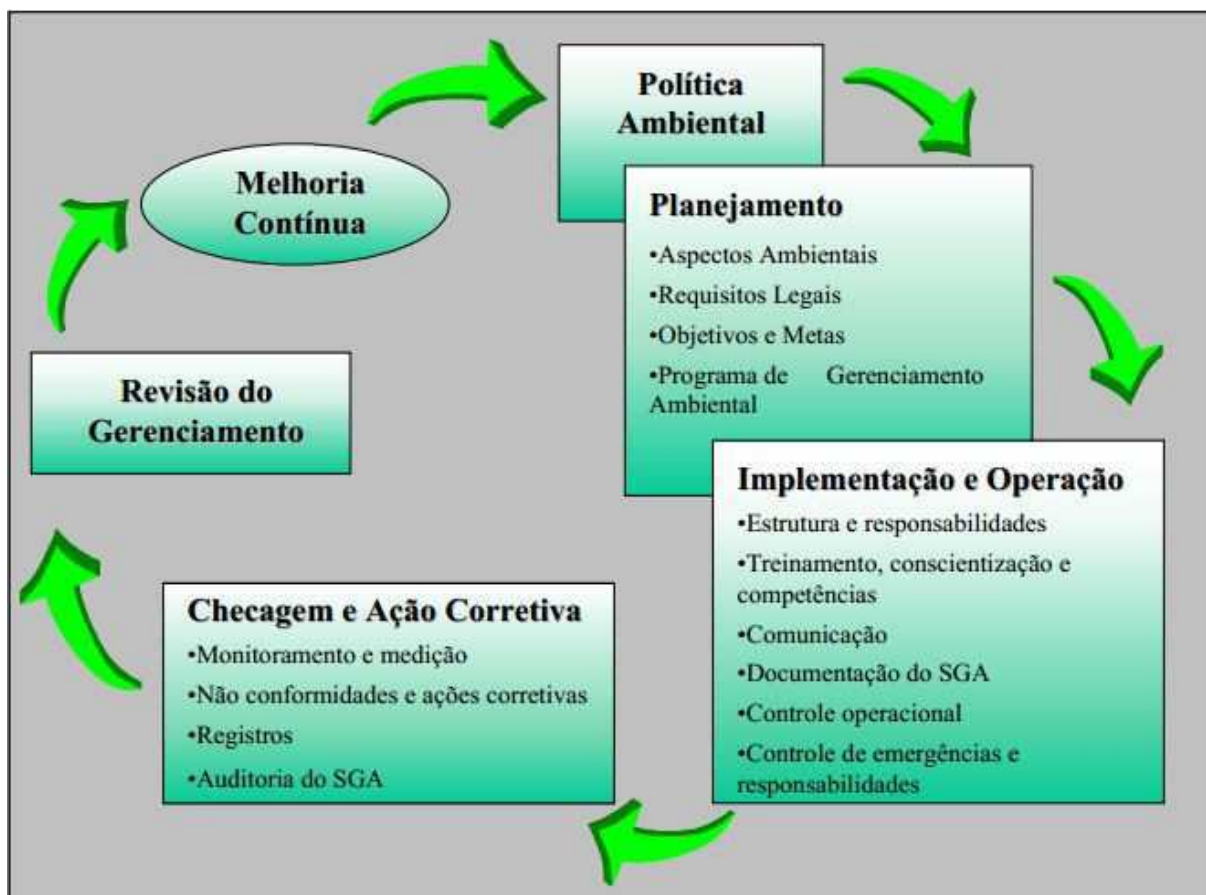


Figura 1: Modelo de um sistema de gestão ambiental pela ISO 14001
Fonte: NORMA ISO 14001.

Outra norma a ser considerada é a NBR ISO 14031, que tem por objetivo a Avaliação do Desempenho Ambiental – ADA, definida pela norma citada como um processo e ferramenta de gestão interna, visando prover uma forma de gestão constituída de informações confiáveis e verificáveis que possibilite determinar se o desempenho ambiental da organização analisada se adequa com os princípios firmados pela administração da referida organização.

Pelo fato de existir um grande número de variáveis ambientais que precisam ser observadas, foram criados vários modelos de indicadores de desempenho ambiental, como o modelo apresentado pela NBR ISO 14031 voltado apenas para o desempenho ambiental e modelos mais amplos que abrangem informações econômicas, sociais e ambientais como o Balanço Social, relatório de sustentabilidade e os Indicadores Ethos (ALBUQUERQUE, 2009).

Albuquerque (2009) também destaca que a NBR ISO 14031 abrange duas categorias de indicadores a serem utilizadas na realização da ADA. São eles: O Indicador de Condição Ambiental – ICA e o Indicador de Desempenho Ambiental – IDA. O autor explica que o ICA fornece informações sobre a qualidade do meio ambiente em âmbito local, regional, nacional e até mesmo global com base nos resultados obtidos levando em conta os modelos e regras ambientais criados pela legislação relacionada ao ambiente de negócios da organização.

Com relação ao IDA, o mesmo autor cita que ele visa refletir o desempenho ambiental de uma organização e abrange os Indicadores de Desempenho Gerencial – IDG que evidenciam dados relacionados aos esforços gerenciais almejando o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos e os Indicadores de Desempenho Operacional – IDO que emitem informações sobre o desempenho ambiental das operações da organização.

O Quadro 1 a seguir apresenta com mais detalhes as informações a serem medidas pelos indicadores ambientais estabelecidos pela NBR ISO 14031:

Classificação da NBR ISO 14031		
Categoria	Tipo	Apropriados para medir
Indicador de Desempenho Ambiental - IDA	Indicador de Desempenho Gerencial – IDG	Implementação de políticas e programas, conformidade com requisitos, entre outros.
	Indicador de Desempenho Operacional - IDO	Instalações físicas, equipamentos, fornecimento e distribuição, entre outros
Indicador de Condição Ambiental - ICA	Qualidade de água, qualidade do ar, temperatura dos oceanos, entre outros.	

Quadro 1: Indicadores utilizados na avaliação de desempenho ambiental
Fonte: Albuquerque (2009)

Tendo em vista que a gestão ambiental e a responsabilidade social se tornaram instrumentos essenciais para o progresso das organizações, a ciência contábil, dentre suas principais

funções, atua no ambiente empresarial como meio de evidenciar as ações advindas desses dois fatores em forma de relatórios adequados, provendo assim meios de a organização prestar contas para com a sociedade. Portanto o próximo tema a ser considerado no presente estudo mostrará uma visão geral da contabilidade e partirá posteriormente para contabilidade ambiental e evidenciação contábil.

3.3 Contabilidade

A contabilidade pode ser definida como ciência social que visa compreender e fiscalizar o patrimônio das entidades, fornecendo informações sobre sua estrutura e possíveis modificações, bem como demonstrar o resultado das atividades econômicas exercidas pela entidade para cumprir seus objetivos. É uma ciência que se aplica a qualquer tipo de entidade que possua patrimônio, seja física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos (MORAES JUNIOR, 2011).

O Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, através do seu pronunciamento sobre a estrutura conceitual das demonstrações contábeis, aprovado pela deliberação n°29/86 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conceitua a contabilidade como sendo um sistema de informação e avaliação que se dispõe a suprir seus usuários por meio de demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, físico e de produtividade relacionados à entidade que está sendo contabilizada.

A Ciência Contábil atua como uma ferramenta que fornece a maior quantidade possível de informações relevantes para o processo decisório organizacional seja dentro ou fora da empresa. O termo patrimônio, objeto de estudo da contabilidade, refere-se ao conjunto de bens, direitos e obrigações presentes na entidade.

Sendo assim, todas as transações realizadas pela entidade, as quais possam ser mensuradas em valores monetários, são registradas pela contabilidade e sintetizadas em forma de relatórios sendo posteriormente disponibilizadas as partes interessadas (usuários das informações contábeis interessados na situação financeira da entidade), auxiliando em avaliações e tomadas de decisão (MARION, 2006).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC TG, sendo normas que também estabelecem uma estrutura conceitual para uma correta elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, os usuários da informação contábil podem ser:

- **Investidores** tendo em vista a sua necessidade de informações que auxilia na decisão de comprar, vender ou sustentar seus investimentos. Por proverem o capital de risco à entidade, os acionistas também se interessam no lucro gerado e em como é distribuído na forma de dividendos;
- **Empregados** por almejar informações a respeito da situação econômica da entidade e sua capacidade de gerar lucro buscando comprovar se a mesma encontra-se em condições de fornecer sua remuneração e demais benefícios que eles têm direito;
- **Credores por empréstimo** pelo fato de procurarem confirmar se a entidade tem condições de pagar seus empréstimos e os juros correspondentes no vencimento;
- **Fornecedores e outros credores comerciais** por buscarem informações que avaliem se a entidade encontra-se apta a cumprir com seus compromissos dentro do prazo estabelecido;
- **Governo e suas agências** que se interessam nas atividades realizadas pela entidade, com o intuito de regulamentá-las, fiscalizar os tributos, determinar a renda nacional e outros dados estatísticos semelhantes;
- **Clientes** por terem interesse em informações sobre a capacidade da empresa em continuar suas atividades, principalmente quando têm estabelecido um relacionamento de longa data, ou quando ela representa um fornecedor importante;
- **Público em geral** considerando que as demonstrações contábeis fornecem informações do desempenho da entidade e como a mesma está contribuindo para a economia local.

Levando em consideração que as demonstrações contábeis objetivam fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade que sejam úteis a uma ampla gama de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões, as referidas demonstrações são fundamentadas através dos princípios estabelecidos pela resolução do CFC nº 750/1993, conhecidos como *Princípios Fundamentais da Contabilidade*. Posteriormente foram renomeados para *Princípios de Contabilidade - PC* pela resolução do CFC nº 1.282/2010, que revogou o princípio da atualização monetária estabelecido na norma anterior e os organizou na seguinte ordem: *Princípio da Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo valor original, Competência e Prudência*.

Marion (2006) aponta a “entidade contábil” e a “continuidade da empresa” como sendo os pilares da contabilidade, pelo fato de os demais conceitos criados para a ciência contábil serem alicerçados por esses dois princípios. A autora também explica que o princípio da entidade contábil reflete a idéia de independência patrimonial, ou seja, a contabilidade a ser aplicada no patrimônio da entidade deve ser realizada de forma a separar suas

movimentações das realizadas pelos sócios ou proprietários de maneira que seus patrimônios não se confundam com o da entidade.

O Princípio da Continuidade, segundo Ribeiro Filho et al. (2009) refere-se à suposição de que as demonstrações contábeis são preparadas visando uma entidade que não possuirá um período determinável para o encerramento de suas atividades, caso contrário as bases da contabilização serão alteradas em virtude da descontinuação.

Segundo a resolução do CFC nº 1.282/2010, o Princípio da Oportunidade exige que todas as variações ocorridas no patrimônio da entidade devem ser registradas e relatadas no momento em que ocorrem. O Princípio do Registo pelo Valor Original determina que os registros dos componentes do patrimônio devem ser efetuados pelo valores originais de aquisição, expressos em moeda nacional. O Princípio da Competência determina que os efeitos provenientes de transações e outros eventos são reconhecidos no momento em que ocorrem, independentemente de haver entrada ou saída de recursos do caixa da empresa, sendo lançados nos relatórios contábeis no período de ocorrência de seus fatos geradores.

Com relação ao Princípio da Prudência, Marion (2006) explica que ele exige uma postura conservadora do profissional em contabilidade, ou seja, caso existissem dois valores diferentes para os componentes do ativo (bens e direitos), o contador deverá optar pelo menor e no caso de existirem dois valores diferentes de dívida (passivo), o valor maior deverá ser escolhido.

Dentre as diversas áreas em que a contabilidade passou a atuar ao longo de seu desenvolvimento, será considerada nesse estudo a contabilidade ambiental por estar relacionada com a gestão ambiental organizacional, que por sua vez constitui um elemento importante a ser considerado pelas empresas em suas gestões socialmente responsáveis.

3.3.1 Contabilidade Ambiental

A gestão ambiental demonstra sua importância para o ambiente organizacional por permitir um melhor controle interno das ações ambientais realizadas pela entidade. A contabilidade ambiental, por sua vez se torna um instrumento essencial por evidenciar como as causas ambientais podem afetar o patrimônio das entidades (PEREIRA, 2012).

Kraemer (2009) expõe que a contabilidade ambiental teve seu surgimento marcado na década de 70, sendo considerado o período onde as empresas passaram dedicar mais atenção aos problemas ambientais. O autor também define a contabilidade ambiental como

sendo um processo que consiste em contabilizar os benefícios e prejuízos causados no meio ambiente mediante o desenvolvimento de produtos e serviços.

De acordo com Paiva (2009), a contabilidade ambiental consiste no ato de identificar os dados e registros provenientes de eventos ambientais, processar e gerar informações que possam auxiliar os usuários da contabilidade em suas tomadas de decisão.

Para Ribeiro (2010) a contabilidade ambiental não se caracteriza como uma nova ciência, mas sim como um segmento da contabilidade tradicional. O autor também faz uma adaptação do objetivo da contabilidade de forma sintetizar o objetivo da contabilidade ambiental ao explicar que a mesma procura identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações de natureza econômica e financeira que se encontram relacionados com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, os quais ocorreram em determinado ciclo operacional, buscando evidenciar a situação patrimonial da entidade.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008) existem três motivos básicos para a contabilidade ambiental ser utilizada pelas empresas: Gestão interna, exigências legais e demanda dos parceiros sociais. A gestão interna diz respeito à utilização de uma forma de gestão ambiental eficiente, bem como seu devido controle, objetivando reduzir os custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos. O crescente aumento de legislações voltadas à administração de recursos ambientais obriga as organizações a controlar os possíveis riscos que possam causar ao meio ambiente, sob pena de multas e indenizações.

As demandas dos parceiros sociais se referem às pressões internas e externas impostas às organizações por uma contabilização de suas ações ambientais. Essas demandas podem ser efetuadas por clientes, empregados, seguradoras, comunidade local, acionistas, administração pública, organizações ecológicas, bancos, investidores, etc. (TINOKO; KRAEMER, 2008).

Tinoco e Kraemer (2008) destacam que o processo de contabilização dos recursos ambientais geridos pelo setor industrial pode proporcionar vários benefícios tanto para a indústria como para a sociedade. Dentre os benefícios industriais, podem ser citados: a redução dos custos na gestão de resíduos, o controle e o uso dos fluxos de energia e dos materiais e o fornecimento de informações mais confiáveis para elaboração do relatório de desempenho ambiental refletindo uma boa imagem da empresa para com seus stakeholders.

Os benefícios em prol da sociedade podem ser: A redução dos custos externos como os de monitoração ambiental que são diretamente relacionados à poluição industrial, uma utilização eficaz dos recursos naturais, incluindo a água e a energia e fornecimento de informações

úteis para tomada de decisão das partes interessadas, contribuindo para uma melhor política pública (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Perante o contexto apresentado, tendo em vista que a relação entre responsabilidade social, gestão e contabilidade ambiental e que esta última procura, através da demonstração ou evidenciação dos eventos e transações relacionados ao meio ambiente, garantir informações diversificadas a um grande número de usuários, torna-se necessário adentrar no processo de evidenciação contábil para um melhor aprofundamento nos principais tipos de demonstrações contábeis existentes atualmente.

3.4 Evidenciação Contábil

Evidenciação ou disclosure remete a ideia de algo que deve ser apresentado com clareza, de tal maneira que reflita transparência. Consequentemente, o ato de evidenciar, demonstrar ou divulgar informações financeiras, econômicas ou sociais caracteriza-se na ciência contábil como um requisito essencial a ser seguido pelas entidades na elaboração de suas demonstrações, possibilitando a comparabilidade com demonstrações de períodos anteriores e demonstrações de outras entidades (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

Clientes, consumidores, investidores, fornecedores, a sociedade em geral, etc. constituem um grupo de interesses distintos, o qual possui uma demanda crescente por evidenciação de informações contábeis de caráter relevante assim como focam suas atenções em uma classe específica dos dados emitidos, objetivando suprir suas necessidades. Tal fato mostra uma relação direta entre evidenciação e o tipo de usuário interessado (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

A informação contábil a ser evidenciada precisa apresentar características qualitativas que lhe afixam a devida importância, encontrando a harmonia certa com o fator quantitativo. Segundo Moraes Junior (2011), as informações disponibilizadas aos usuários da contabilidade devem ser compreensíveis, ou seja, apresentadas de forma completa e com uma boa interpretação; relevantes, de maneira que as ações da entidade sejam avaliadas e alguma possível decisão por parte dos usuários seja influenciada corretamente; confiáveis por cumprirem com os prazos estabelecidos e representar fielmente as ações da entidade; e comparáveis, sendo possíveis que os usuários identifiquem possíveis tendências através da comparação com demonstrações de períodos anteriores, assim como analisá-las em relação à concorrência.

3.4.1 Evidenciação Contábil Obrigatória

Órgãos como o CFC, CPC e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI são responsáveis por estabelecer normas que tornam obrigatórias determinadas demonstrações contábeis, assim como devem ser estruturadas e elaboradas. Pereira (2012) refere-se à lei das sociedades por ações (lei n° 6.404/76) pelo fato dela exigir que as organizações emitam suas informações econômicas, financeiras e sociais ao término de cada exercício para uma real compreensão de suas atividades.

Conhecidos como Instrumentos de evidenciação contábil obrigatória, os principais a serem considerados nesse trabalho são: Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, Demonstração do Fluxo de caixa – DFC, Demonstração do Valor Adicionado – DVA, Notas Explicativas, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes.

O **Balanço Patrimonial** teve sua obrigatoriedade estabelecida mediante legislações criadas no decorrer da história da ciência contábil como a Lei n° 6.404/76 e a Lei n° 10.402/02, as quais estabelecem que a divulgação do Balanço Patrimonial deve ser realizada ao término de cada exercício. O Balanço Patrimonial constitui-se basicamente de ativo, passivo e patrimônio líquido.

Conforme Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009) ativo diz respeito aos bens e direitos gerenciados pela entidade, oriundos de fatos passados, tendo capacidade de gerar futuros fluxos de caixa, e assim podendo trazer benefícios econômicos. Passivo apresenta-se como sendo as obrigações e exigibilidades que a entidade tem para com terceiros, que podem ser liquidadas mediante a transferência de ativos, prestação de serviços, desembolso de recursos, etc. Patrimônio Líquido representa os recursos investidos pelos sócios e o faturamento líquido obtido pela entidade. É a diferença obtida entre o valor total dos ativos e passivos, mostrando a atual situação financeira da empresa.

De maneira geral, o Balanço Patrimonial pode ser definido como um relatório financeiro emitido ao fim de cada exercício, que objetiva demonstrar a situação patrimonial e financeira da entidade disponibilizando informações sobre os bens tangíveis e intangíveis, direitos, obrigações, bem como evidenciando a existência de lucros ou prejuízos acumulados.

O Balanço Patrimonial tornou-se um instrumento essencial no âmbito empresarial, ganhando muito destaque no mercado de capitais, pois se apresenta como uma demonstração que deixa explícito para possíveis acionistas interessados, o potencial da entidade de gerar

benefícios econômicos futuros como retorno de seus investimentos. Levando em consideração que o BP também mostra os lucros ou prejuízos acumulados auferidos no decorrer dos exercícios, é normal que o BP venha acompanhado da DRE para reunir um conjunto de informações consistente e de melhor interpretação.

*Iudícibus et al. (2010, p.477) define a **Demonstração do Resultado do Exercício** como “a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas.”*

Considerando a opinião do autor, pode-se afirmar que a DRE cumpre seu papel no ambiente empresarial como um relatório proposto a contabilizar e confrontar as contas de resultado (receitas, despesas, perdas e ganhos) ocorridas durante um determinado período, incluindo as receitas e despesas cujos fatos geradores intercorreram no período em questão, independente do recebimento ou pagamento (princípio da competência), resultando em geração de lucro ou prejuízo.

Em outras palavras, a DRE estabelece uma estrutura dedutível das contas de resultado, onde as mesmas são ordenadas de acordo com o art. 187 da Lei nº 6.404/76, o qual também estabelece sua obrigatoriedade, mostrando as movimentações ocorridas e que possam ter alterado a situação patrimonial da entidade.

*No que consta a **Demonstração do Fluxo de Caixa**, o Pronunciamento Técnico CPC 03 a descreve como um demonstrativo que objetiva fornecer informações que constituam uma base concreta para possíveis conclusões dos usuários das demonstrações contábeis no que diz respeito ao potencial da entidade de gerar recursos financeiros (caixa) e investimentos de liquidez imediata (curto prazo) que podem rapidamente serem convertidos em dinheiro em espécie (equivalentes de caixa), assim como a eficiência de liquidação de suas dívidas, demonstrando tanto a origem quanto a aplicação dos recursos financeiros que passaram pelo caixa da empresa no exercício analisado.*

A Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser elaborada mediante a aplicação do método direto, que se caracteriza pela reorganização das transações pertencentes à conta caixa e o método indireto que é realizado com base no lucro líquido do exercício, podendo apresentar atividades operacionais, de investimento e financiamento.

A Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, cujo art. 176, inciso IV impõe a obrigatoriedade da DFC que substituiu a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos – DOAR passando a ter sua elaboração como um requisito a ser seguido pelas sociedades

por ações, sendo que as únicas empresas consideradas como exceções na divulgação obrigatória desse demonstrativo são as companhias fechadas que apresentem um patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na data do balanço, conforme deixa claro o § 6º do referido artigo.

De acordo com Ludícibus et al. (2010), a DFC é de grande importância para investidores, credores e outros usuários por permitir a avaliação da capacidade da empresa em gerar futuros fluxos positivos de caixa, honrar suas obrigações, pagar dividendos; analisar características como liquidez, solvência e flexibilidade, a taxa de conversão do lucro em caixa, o desempenho empresarial em comparação com outras entidades, o nível precisão encontrado em estimativas passadas de futuros fluxos de caixa e os efeitos sobre a posição financeira da empresa relacionados as atividades de investimento e financiamento.

*A **Demonstração do Valor Adicionado** teve sua obrigatoriedade adquirida mediante o surgimento e vigência da Lei nº 11.638/07 que realizou alterações na Lei nº 6.404/76, sendo que dentre as mudanças atribuídas ao art. 176 da referida legislação, seu inciso V refere à DVA como um demonstrativo contábil obrigatório para as empresas de capital aberto. O Conselho Federal de Contabilidade foi um dos principais órgãos que promoveram formas de evidenciação da DVA. Através da NBC T-3, subitem 3.7 foi apresentado à estrutura a ser seguida na elaboração desse demonstrativo social. Uma medida semelhante também foi tomada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis com a publicação do CPC 09 que inclusive apontou a DVA como um elemento importante constituinte do balanço social.*

Ferrari (2012, p.916) define o valor adicionado como sendo “a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido a entidade”.

Moraes Junior (2011, p.464) afirma que a DVA tem como principal atributo identificar e evidenciar o montante correspondente à riqueza gerada por uma entidade, demonstrando como essa riqueza foi distribuída aos segmentos que contribuíram para sua geração. Em outras palavras, a DVA se dispõe a demonstrar com exatidão as informações relacionadas ao valor e distribuição da riqueza gerada pela entidade em determinado ciclo operacional, levando em consideração que tais dados devem ser retirados da contabilidade e os valores apresentados deverão ser baseados no princípio da competência.

Ludícibus et al. (2010, p.584) além de conceituar a DVA de forma semelhante a Moraes Junior, afirma que as informações contidas na DVA são importantes para:

- Analisar a capacidade de geração de valor e forma da distribuição das riquezas de cada empresa;
- Permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- Auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- Fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo;
- Auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação de riqueza a região, Estado, país, etc. que se encontra instalada.

O Pronunciamento Técnico CPC 09 em seu item 23 explica que o processo de elaboração da DVA é feito com base na DRE, firmando certa relação entre as duas por serem demonstrações que evidenciam a riqueza gerada pela entidade ao final de cada exercício, porém é necessário considerar que o conceito de valor agregado é tratado de maneiras diferentes nas demonstrações citadas.

Enquanto DRE é preparada para emitir uma visão dos benefícios gerados para os sócios e acionistas, a DVA apresenta a forma como o valor agregado é distribuído para as partes da empresa que contribuíram para sua geração, dessa forma atuando como uma demonstração social apta a medir a capacidade das empresas em criar e distribuir riqueza. Dessa forma, a DVA destaca-se para os usuários da contabilidade por abordar informações econômicas e sociais, evidenciando como as organizações contribuem para o progresso social de suas comunidades.

As **notas explicativas** são formas de disclosure (evidenciação) desenvolvidas com o propósito de complementarem as demonstrações contábeis como medida tomada em busca do equilíbrio entre qualidade e quantidade de informações de modo a atender as exigências dos usuários da ciência contábil em sua demanda por informações confiáveis. Podem ser apresentados como relatórios descritivos, quadros analíticos ou até novas demonstrações contábeis necessárias para um entendimento mais apurado com relação aos resultados gerados, bem como a saúde financeira da empresa, fornecendo informações adicionais sobre seu progresso. (IUDÍCIBUS et al. 2010).

Por meio da legislação nº 6.404/76, art. 176, § 4º, a divulgação das notas explicativas passou a ser obrigatória em companhias de capital aberto, enquanto que o § 5º do mesmo artigo fornece instruções sobre o conteúdo a ser considerado na elaboração. Posteriormente, normas estabelecidas como a NBC T-6 e o Pronunciamento Técnico CPC 26 também foram criadas com o objetivo de auxiliar na evidenciação desse relatório, sendo que ambas as normas descrevem a ordem correta a ser seguida na apresentação das notas, bem como enfatizam a necessidade de adequá-las para possíveis comparações com demonstrações de outras entidades.

O Relatório da Administração exerce sua função como uma forma de disclosure (evidenciação) que apresenta dados complementares as demonstrações contábeis abrangendo informações de natureza financeira, econômica, social e ambiental. Esse relatório adquire relevância em virtude de refletir um certo nível da visão administrativa dos gestores aplicada as ações da entidade que foram realizadas ao longo do ciclo operacional considerado e o planejamento de futuras operações, sendo de grande importância aos usuários da informação contábil por conter informações adicionais que podem influenciar em possíveis julgamentos e tomadas de decisões, além de ser apresentado em forma descritiva proporcionando entendimento a uma maior quantidade de usuários (PEREIRA, 2012).

Paiva (2009) apud Tinoco (2001) enfatiza que a ONU recomenda as seguintes informações a serem consideradas na divulgação do relatório da administração: Os tipo de questões ambientais que possam se aplicar a empresa e seu ramo de negócios, as providências e os programas utilizados pela empresa para proteção do meio ambiente, as melhorias obtidas desde quando essas medidas foram adotadas, as metas da empresa em reduzir a emissão de poluentes e o resultado alcançado, o progresso da empresa na aplicação de medidas de proteção ambiental impostas pela lei e os efeitos financeiros e operacionais das medidas de proteção ambiental em relação aos gastos de capital no período considerado e a previsão sobre exercícios futuros.

Assim como as principais formas de disclosure obrigatório, o relatório da administração é regido pela Lei n° 6.404/76, mais especificamente no art. 133. A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, outro órgão que auxilia as organizações na elaboração de suas demonstrações contábeis e instituído pela Lei n° 6.385/76, através do Parecer de Orientação n° 15/87 fornece instruções com respeito do conteúdo a ser considerado na elaboração do relatório da administração.

De acordo com o referido Parecer, o conteúdo é organizado da seguinte forma: Aquisição de debêntures de sua própria emissão, política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas, negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício e relação de investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício. O Parecer de Orientação citado também recomenda que sejam inclusos no relatório o valor dos investimentos efetuados no meio ambiente.

Com respeito ao Parecer dos Auditores Independentes, a Lei das Sociedades por Ações (lei n° 6.404/97) em seu art. 177 afirma que as companhias de capital aberto deverão acatar

as normas criadas pela CVM na elaboração de suas demonstrações financeiras e estão obrigatoriamente sujeitas a serem auditadas por auditores independentes nela registrados.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T-11 abrange as diretrizes a serem cumpridas pelos auditores independentes na emissão de seu parecer, conceituando a auditoria independente como uma análise das demonstrações contábeis mediante a aplicação de um conjunto de procedimentos técnicos buscando coerência com os Princípios Fundamentais da Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade, e com as legislações estabelecidas.

Levando em consideração um ponto de vista generalizado, pode-se concluir que o parecer dos auditores é um documento que busca avaliar o nível de qualidade presente nas informações evidenciadas nos relatórios financeiros disponibilizados pelas empresas em relação às legislações, normas e princípios instituídos para sua correta elaboração de modo a investigar se os requisitos estabelecidos pela contabilidade são realmente cumpridos pela empresa auditada.

3.4.2 Disclosure Voluntário

Para Ferreira et al. (2009) o despertar das organizações para com a responsabilidade socioambiental implicou na necessidade de demonstrações adequadas que evidenciassem que tipo de providências estão sendo tomadas para aperfeiçoar suas relações com a sociedade e preservação do meio ambiente, não se limitando apenas as demonstrações estabelecidas por legislação específica.

O nível de disclosure voluntário presente no atual ambiente organizacional está diretamente relacionado à importância que a responsabilidade social empresarial alcançou mediante as novas exigências da sociedade. A emissão de relatórios dessa natureza reúne um conteúdo de informações, cuja divulgação é realizada sem obrigação específica estabelecida por lei por parte das organizações como forma prestar contas com a sociedade e responder as novas tendências do mercado impostas por seus stakeholders.

De acordo com Oro et al. (2010), os instrumentos de disclosure voluntário são também conhecidos como demonstrações qualitativas abrangendo informações de natureza social, ambiental e outros tipos de dados que possam complementar esse tipo de demonstrativo, sendo publicados mesmo sem obrigação expressa em lei.

O Conselho Federal de Contabilidade através de sua resolução n° 1003 de 19 de agosto de 2004 aprovou a NBC T-15 que forneceu orientações a serem seguidos pelas empresas e profissionais contábeis na elaboração de instrumentos de disclosure voluntário de informações socioambientais com o objetivo de demonstrar a sociedade a responsabilidade social praticada pelas organizações. Com o surgimento dessa normatização também foi almejado um padrão qualitativo de dados relevantes nos instrumentos de disclosure voluntário, bem como incentivar o aumento do número de organizações a adotarem essa forma de evidenciação na emissão de seus relatórios.

A referida norma apresenta quatro vertentes a serem consideradas para a devida caracterização dos relatórios socioambientais. O quadro 2 a seguir aborda os tipos de informações a serem evidenciadas em relação a cada vertente considerada:

TIPO DE INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO A SER EVIDENCIADA
<i>Distribuição de Riqueza</i>	<i>A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a demonstração do valor adicionado.</i>
<i>Recursos Humanos</i>	<i>Quadro de funcionários. Nesse grupo de informações devem constar benefícios, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas da entidade. Em outras palavras informações positivas e também informações negativas.</i>
<i>Interação com o meio externo</i>	<i>Neste item a empresa deve informar a respeito de sua relação com a comunidade, bem como com os clientes e os fornecedores incluindo neste caso, incentivos decorrentes dessa interação.</i>
<i>Interação com o meio ambiente</i>	<i>Devem ser evidenciadas as seguintes informações: a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) valor de multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente; h) passivos e contingências ambientais.</i>

Quadro 2 – Informações a serem divulgadas na Demonstração de Natureza Social e Ambiental
Fonte: Teixeira, Silva e Pereira (2011, p.5)

Conforme Teixeira, Silva e Pereira (2011), as empresas dispõem de certa liberdade nos métodos escolhidos para evidenciar suas ações socioambientais em virtude de não precisarem se restringir a divulgar apenas dados contábeis pelo fato da NBC T-15 não especificar quais ferramentas de disclosure poderão ser utilizados na evidenciação de gestões socialmente responsáveis. Além das informações a serem evidenciadas em cada vertente, a entidade pode adicionar ou detalhar outros tipos de informação que considere relevantes.

No seu processo de elaboração, o Balanço Social é estruturado com base nas quatro vertentes estabelecidas na NBC T-15. Levando em consideração o presente contexto, os principais instrumentos de disclosure voluntário a serem considerados na presente pesquisa e utilizados pelas empresas brasileiras são geralmente o balanço social ou o relatório de sustentabilidade baseado no modelo GRI.

3.4.3 Balanço Social

Balanço Social é uma forma de disclosure voluntário que apresenta uma estrutura constituída de informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, objetivando alcançar um alto grau de transparência através da evidenciação dos referidos dados sendo disponibilizado a uma ampla gama de usuários. A transparência que caracteriza o balanço social reflete a responsabilidade e obrigação das empresas em transmitir informações exatas e diligentes sobre suas atividades de modo a ser avaliada, compreendida e, se for o caso, criticada pelas partes interessadas (TINOCO; KRAEMER, 2008).

O Instituto Ethos (2007) refere-se ao Balanço Social como sendo um instrumento constituído mediante a união dos principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da empresa, permitindo uma melhor comunicação com seus stakeholders e esclarecendo seus objetivos no passado, presente e futuro. Pelo fato de reunir tanto a avaliação da empresa sobre seu desempenho como as expectativas de seus stakeholders, o Balanço Social permite que o grau de importância auferido a responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa.

Os dois autores utilizam argumentos que se complementam, tendo em vista que explanam a importância do balanço social como um instrumento que busca através de transparência e padronização promover a responsabilidade social na gestão estratégica das empresas de forma a ampliar a comunicação com as partes interessadas permitindo que o desempenho empresarial possa ser avaliado, correspondendo ou não as expectativas de seus stakeholders.

O Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais – IBASE destaca que a ideia de publicação do balanço social no Brasil começou a ser argumentada na década de 70. Enquanto os primeiros modelos só passaram a ser emitidos por empresas nos anos 80, foi a partir da década de 90 que o balanço social passou a ser publicado anualmente por organizações de diversos segmentos. Contudo, foi através da campanha de divulgação voluntária do balanço social lançada em junho de 1997 promovida pelo sociólogo Herbert de

Souza, conhecido como Betinho, que a proposta de publicação desse demonstrativo ganhou a importância e destaques devidos (IBASE, 2014).

Conforme Ludicibus et al. (2010) o Balanço Social é constituído com base em quatro vertentes (sendo as mesmas citadas na NBC T-15): Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Benefícios e contribuições à sociedade em geral e Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

De acordo com a opinião dos autores, o balanço ambiental considera a posição tomada pela empresa em relação à gestão de recursos naturais evidenciando os investimentos e gastos realizados com a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente. O balanço de recursos humanos fornece informações sobre o quadro de funcionários, listando informações como a quantidade de empregados ao final do período, quantidade de admissões durante o período, quantidade de mulheres que trabalham na empresa, quantidade de negros que trabalham na empresa, etc. A parte de benefícios e contribuições à sociedade em geral compreende os dados relacionados à alimentação, saúde, educação, transporte, salários, auxílios, etc.

Por fim, segundo Ribeiro (2010), a DVA se destaca como um importante componente do balanço social tornando-o uma demonstração mais eficaz pelo fato de mostrar como a comunidade se beneficiou através da riqueza gerada pela empresa, evidenciando tanto a quantidade de valor adicionado, quanto à forma que esse valor foi distribuído entre os indicadores sociais, como remuneração de mão de obra, uso de capital de terceiros, impostos pagos ao governo e remuneração do capital próprio.

Levando em consideração a iniciativa tomada pelo IBASE para com a publicação do balanço social, visando propagar o número de empresas brasileiras a adotar uma forma de gestão socialmente responsável, o Instituto Ethos, a partir do ano 2000, passou a desenvolver indicadores de responsabilidade social empresarial estimulando a evolução de ações socialmente responsáveis, auxiliando as empresas no reconhecimento de suas prioridades, bem como ajuda-las a identificar as expectativas das partes interessadas (INSTITUTO ETHOS, 2007).

A temática proposta nos indicadores Ethos apresenta uma grande semelhança à contida nos indicadores do balanço social IBASE. Em virtude disso, ambas as ferramentas atuam de forma mais eficiente quando utilizadas em conjunto pelo fato de se complementarem, abrangendo assim uma área maior em relação às práticas da empresa, agregando maior relevância nas informações evidenciadas no Balanço Social (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Todavia, com a demanda crescente por informações socioambientais de caráter transparente, o modelo de balanço social proposto pelo IBASE pode não preencher tal requisito de maneira satisfatória. De acordo com Paiva (2009), apesar de o modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE ser bem abrangente ao apresentar informações sociais, poderia aprimorar a forma como evidencia os gastos ambientais. A seção do modelo que aborda as questões ambientais do referido modelo mostra que é possível uma ampliação no conjunto de dados a serem considerados, fato esse que poderia possibilitar um maior fornecimento de informações relevantes, podendo suprir as necessidades de seus usuários externos como ONGs, acionistas e quem mais expressar interesse. O autor procura expressar sua crítica como construtiva por considerar como louvável o desenvolvimento alcançado nesse quesito.

Tendo em vista a evidente necessidade por uma abrangência maior de informações, muitas empresas brasileiras de capital aberto, principalmente aquelas cujas atividades exigem um imenso consumo de recursos naturais, utilizam o relatório de sustentabilidade como forma de evidenciar suas ações socioambientais.

3.4.4 Relatório de Sustentabilidade – GRI

De acordo com Rocha et al. (2013), realizar investimentos em questões sociais ou tomar iniciativas a favor do meio ambiente não são requisitos suficientes para que uma empresa seja caracterizada como sustentável. Tal qualidade requer a aplicação do conceito de sustentabilidade na gestão, decisões e atitudes diárias.

O sucesso demonstrado por uma empresa que adota uma estratégia de negócios visando à sustentabilidade, expressa ligação direta com o nível de transparência evidenciado na divulgação dos indicadores socioambientais e a publicação do relatório de sustentabilidade é uma das principais formas da empresa prestar contas para com a sociedade e o mercado no que concerne a sua atuação e práticas de sustentabilidade. A publicação do relatório de sustentabilidade provê as organizações e a seus públicos de interesse (stakeholders) formas de apresentar e introduzir um processo de melhoria contínua do desempenho organizacional em direção ao desenvolvimento sustentável (ROCHA et al. 2013).

Relatórios de sustentabilidade podem ser definidos como o ato de mensurar e demonstrar o desempenho empresarial conforme se trabalha em direção ao desenvolvimento sustentável. Abrangem um conjunto de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. Um relatório de sustentabilidade emite uma declaração equilibrada e plausível sobre o

desempenho sustentável organizacional, incluindo as contribuições positivas e negativas (GRI, 2006).

As diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade promovidas pela Global Reporting Initiative (Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios) – GRI visam promover uma forma de universalizar a elaboração dos relatórios socioambientais de tal forma que possibilite possíveis comparações entre organizações de diversos setores e contextos sociais. O modelo G3, referente à terceira geração de diretrizes, é a versão atualmente utilizada pelas empresas que emitem o relatório de sustentabilidade. Fornece princípios e orientações na preparação dos referidos relatórios, assim como os parâmetros estabelecidos para organização das informações a serem evidenciadas (INSTITUTO ETHOS, 2007).

De acordo com a opinião de Tinoco e Kraemer (2008), a GRI não fornece modelos de Balanço Social. A proposta estabelecida tem como base o conceito de sustentabilidade e objetiva habituar as empresas na elaboração constante de relatórios dessa natureza, bem como lhes auferir um padrão de qualidade equivalente ao alcançado pelas demonstrações financeiras nos quesitos de comparabilidade, rigor e verificabilidade.

Com o objetivo de auxiliar as empresas na elaboração de Instrumentos de disclosure voluntário, o Instituto Ethos Publicou em 2007 o guia para elaboração do Balanço Social e relatório de sustentabilidade que fornece as orientações e princípios necessários para elaboração dessas duas demonstrações socioambientais, bem como estabelece uma relação entre o modelo GRI e o Balanço Social IBASE (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Levando em consideração que tais modelos são divulgados de forma voluntária, não existindo uma Lei no Brasil que obrigue a utilização de uma estrutura pré-estabelecida, o Instituto Ethos se refere ao relatório de sustentabilidade como outro tipo de modelo de Balanço Social ao explicar que no processo de escolha do modelo a ser utilizado para elaboração do mesmo, seja o modelo do IBASE ou GRI, devem ser considerados os objetivos estratégicos da organização (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Conforme a opinião de Ferreira et al. (2009), o relatório de sustentabilidade apresenta um conjunto de informações mais abrangente que o modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE. Entende-se que isso ocorre pelo fato de contemplar aspectos qualitativos e quantitativos da gestão socioambiental, agregando maior relevância em suas informações ao demonstrar as práticas adotadas pelas empresas no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável mediante a realização de ações em função de uma melhor qualidade de vida para a sociedade e preservação do meio ambiente.

Entretanto, o Instituto Ethos (2007) também incentiva a utilização do modelo IBASE em razão de sua simplicidade e penetração em diversas esferas da sociedade sugerindo a aplicação dos princípios da GRI em sua elaboração possibilitando uma abordagem mais ampla que possa retratar diversas realidades.

O Global Reporting Initiative publicou em 2013 sua quarta geração de diretrizes – G4 para elaboração de relatórios de sustentabilidade aprimorando alguns aspectos já apresentados na geração de diretrizes anteriores. Contudo as empresas que utilizam a terceira geração de diretrizes dispõem de um período de dois ciclos operacionais para realizar a transição, mais especificamente, até o dia 31 de dezembro de 2015. Portanto, as diretrizes que serão consideradas nessa pesquisa ainda pertencem à geração de diretrizes G3. Visando assegurar a transparência das informações evidenciadas no relatório, as referidas diretrizes estabeleceram princípios e orientações que precisam ser considerados na elaboração do relatório (GRI, 2013).

Segundo Ferreira et al. (2009), as orientações concedem as diretrizes para definição do conteúdo e limite do relatório, mostrando o que a empresa deve fazer para decidir o que relatar. Os princípios são voltados em direcionar a escolha do conteúdo e a busca de qualidade, apontando as metas a serem cumpridas pelo relatório. O Quadro 3 mostra as orientações e princípios para a definição do conteúdo do relatório.

DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO	
Orientações e Princípios	
Assunto	Procedimento
<i>Temas e Indicadores</i>	<i>Identifica temas e respectivos indicadores que sejam relevantes, por meio de um processo interativo compatível com os princípios.</i>
<i>Relevância</i>	<i>Considerar a relevância de todos os aspectos do indicador de acordo com as Diretrizes da GRI e dos suplementos setoriais.</i>
<i>Aplicação de Testes</i>	<i>A partir do conjunto de temas e indicadores relevantes, aplicar testes para cada princípio a fim de avaliar quais temas e indicadores devem ser relatados.</i>
<i>Priorizar Temas</i>	<i>Usar os princípios para priorizar os temas e selecionar as informações a serem enfatizadas.</i>
<i>Indicadores Essenciais e Adicionais</i>	<i>Diferenciar os indicadores essenciais e adicionais. Os essenciais geralmente são aplicáveis e relevantes pela maioria das organizações e só devem ser omitidos caso sejam considerados irrelevantes, dependendo do contexto da organização os indicadores adicionais podem ser considerados essenciais.</i>
<i>Indicadores de Suplementos Setoriais</i>	<i>Os indicadores das versões finais dos suplementos setoriais são considerados essenciais e devem ser aplicados usando-se a mesma abordagem dos indicadores essenciais.</i>
<i>Informações Complementares</i>	<i>Outras informações (como indicadores específicos da empresa) devem estar sujeitas aos mesmos princípios de relatório e ter o mesmo rigor técnico das Diretrizes da GRI.</i>
<i>Verificação das Informações</i>	<i>Verificar se as informações a serem relatadas e o limite do relatório são apropriados, aplicando o princípio da abrangência.</i>
<i>Materialidade</i>	<i>As informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos stakeholders. A materialidade é o limiar a partir do qual um tema ou indicador se torna suficientemente expressivo para ser relatado.</i>
<i>Inclusão dos Stakeholders</i>	<i>A organização relatora deve identificar seus stakeholders e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta a seus interesses e expectativas procedentes. A participação dos stakeholders sobre os temas a serem abordados é fundamental para dar credibilidade ao relatório, pois as informações precisam atender às suas necessidades.</i>
<i>Contexto da Sustentabilidade</i>	<i>O relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. As informações sobre o desempenho devem ser contextualizadas de forma que a organização evidencie como contribui, ou pretende contribuir, para melhora das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional ou global.</i>
<i>Abrangência</i>	<i>A cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os stakeholders avaliem o desempenho da organização no período analisado.</i>

Quadro 3: Orientações e princípios para definir o conteúdo

Fonte: Ferreira et al. (2009)

Posteriormente também são definidos os princípios que irão assegurar a qualidade das informações no relatório, possibilitando avaliações de desempenho por parte dos stakeholders para uma tomada de decisões adequada (GRI, 2006). Tais princípios são apresentados no quadro 4 a seguir:

GARANTIA DE QUALIDADE	
Princípios	
Princípio	Objetivos
Equilíbrio	<i>O relatório deve refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral. É preciso evitar escolhas, omissões ou formatos de apresentação que tendam a influenciar indevida ou inapropriadamente uma decisão ou julgamento por parte do leitor.</i>
Comparabilidade	<i>As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos stakeholders analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo, e subsidiar análises sobre outras organizações. A comparabilidade é necessária para a avaliação de desempenho.</i>
Exatidão	<i>As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os stakeholders avaliem o desempenho da organização relatora. As características que determinam a exatidão variam de acordo com a natureza das informações que podem ser tanto qualitativas quanto quantitativas.</i>
Periodicidade	<i>O relatório é publicado regularmente as informações são disponibilizadas a tempo para os stakeholders tomem decisões fundamentadas. A utilidade das informações está em permitir que os stakeholders possam inclui-las em seu processo decisório. Pode ser de extrema relevância que o calendário do relatório financeiro e de sustentabilidade esteja alinhado.</i>
Clareza	<i>As informações devem estar disponíveis de uma forma que seja compreensível e acessível aos stakeholders que fizerem uso do relatório. As informações desejadas devem ser encontradas sem demasiado esforço e apresentada de maneira clara para os stakeholders que detêm um conhecimento razoável a respeito das organizações e de suas atividades.</i>
Confiabilidade	<i>As informações e processos usados na preparação do relatório devem ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.</i>

Quadro 4: Princípios para garantir a qualidade

Fonte: Ferreira et al. (2009)

Dessa forma, é preciso estabelecer os limites do relatório que de acordo com o GRI (2006) consiste na inclusão das organizações controladas ou influenciadas significativamente pela organização relatora. As orientações para estabelecer limites no relatório são descritas de forma detalhada no Quadro 5:

ESTALECIMENTO DO LIMITE	
Orientações	
Assunto	Procedimento
Impactos e Influências	<i>O relatório de sustentabilidade deve incluir em seu limite todas as entidades que geram impactos significativos (reais e potenciais), e/ou todas as entidades sobre as quais a organização exerça controle ou influência expressivos sobre políticas e práticas financeiras e operacionais.</i>
Tipos de Indicadores	<i>As entidades podem ser incluídas por meio do uso de indicadores de desempenho operacional, de desempenho de gestão ou através de descrições narrativas.</i>
Obrigatoriedade de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> • <i>As entidades controladas devem ser abordadas por meio de indicadores de desempenho operacional;</i> • <i>As entidades sobre as quais a organização exerça influência significativa devem ser abordadas por meio de informes sobre desempenho de gestão.</i>
Abordagens Relevantes	<i>As entidades que estejam associadas a desafios fundamentais para a organização relatora, em razão de seus impactos expressivos, embora não exerça controle ou influência significativa devem ser abordadas através de descrições narrativas.</i>
Exclusão de Entidades	<i>Em seu processo de elaboração, a organização pode escolher não coletar dados relativos a uma entidade ou a um grupo delas, contudo tal decisão não pode alterar significativamente o resultado final de um informe ou indicador.</i>

Quadro 5: Orientações para estabelecer o limite do relatório

Fonte: Ferreira et al. (2009)

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O processo de análise das informações coletadas dos relatórios de administração e sustentabilidade das empresas de papel e celulose foi realizado mediante a utilização de duas tabelas constituídas por um levantamento de indicadores socioambientais com o objetivo de promover uma análise comparativa das informações evidenciadas em cada demonstrativo.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Informações Financeiras Ambientais						
<i>Provisão p/ despesas com danos/remediação ambientais</i>	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0
<i>Reserva Florestal</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
Políticas Ambientais						
<i>Certificação FSC</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão Ambientais (Certificação ISO 14001)</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Políticas de monitoramento e segurança ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Investimentos em tecnologia de produção eco-eficientes</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Estabelecimento de objetivos e metas ambientais</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
Impacto Ambiental						
<i>Tratamento de efluentes líquidos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de efluentes</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Redução de emissões atmosféricas</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5
<i>Redução de efluentes líquidos orgânicos e inorgânicos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Tratamento de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Reciclagem de embalagens</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Insumos Ambientais (Água e Energia)						
<i>Redução do consumo de água</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Reuso da água</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Uso de resíduos na produção de energia</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Redução do consumo de energia</i>	1,0	0	1,0	0,5	1,0	0
Matéria-prima						
<i>Uso eficiente de matéria-prima</i>	1,0	0	0,5	0	0,5	0
<i>Uso de materiais eco-eficientes</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
Legislação Ambiental						
<i>Conformidade com a legislação ambiental</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
<i>Créditos de Carbono</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5
<i>Licenças ambientais de operação</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Educação Ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5
<i>Programas de educação ambientais para colaboradores</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5
<i>Programas de educação ambientais para a comunidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5
Recuperação, Preservação e Conservação de Áreas Ambientais						
<i>Recuperação de áreas degradadas</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Proj. de preservação e conservação de áreas ambientais</i>	1,0	0	0,5	0	0,5	0
<i>Ações de saneamento básico em comunidades do entorno</i>	1,0	0	0,5	0	1,0	0
<i>Reflorestamento</i>	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0
<i>Fomento Florestal - parceria com produtores</i>	1,0	0	1,0	0	0,5	0
Outros						
<i>Premiado por ações de responsabilidade ambiental</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0
<i>Políticas de melhorias ambientais não especificadas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0

Pontuação Total Alcançada	9,0	2,8	8,4	3,0	7,8	2,4
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Tabela 1: Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Irani S. A.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A tabela 1 mostrou a comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios da administração e sustentabilidade no período de 2010 a 2012. Tomando por base as informações ambientais apresentadas na referida tabela, é possível identificar um padrão de evidenciação utilizado em ambos os relatórios com poucas oscilações ao longo dos três anos, sendo que os relatórios de sustentabilidade apresentaram um alto número de informações presentes com pequenas reduções ao passar dos anos e os relatórios da administração possuem informações de caráter mais superficial.

Contudo, alguns pontos analisados merecem destaque por se encontrarem presentes em ambos os relatórios nos anos de 2010 e 2011 referentes à redução de emissões atmosféricas sendo representados graficamente de maneira a proporcionar um melhor entendimento.

No ano de 2012 o relatório da administração da empresa descreveu o ponto destacado de forma mais breve e superficial. Já com respeito às informações sobre reflorestamento, o relatório da administração se destacou por evidenciar o valor dos investimentos realizados pela empresa para tal fim, enquanto os relatórios de sustentabilidade não apresentam esse valor de forma específica.

Tendo em vista as informações analisadas na tabela 2, abaixo, os relatórios de sustentabilidade da Irani S. A. apresentaram informações que atendem a quase todos os indicadores essenciais Ethos durante os três anos analisados mostrando dados discriminados através de gráficos, listas, tabelas e figuras. Já os relatórios da administração mostram grande carência de informações nos indicadores sociais tendo em vista que evidenciar questões que envolvam gestão de pessoas são de vital importância para a imagem da empresa.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
Pontuação atribuída conforme a metodologia	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Indicadores Essenciais Ethos						
<i>Estratégias para a sustentabilidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Proposta de Valor</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Código de Conduta</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Engajamento das Partes Interessadas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Concorrência Leal</i>	0,5	0	0,5	0	1,0	0
<i>Práticas Anticorrupção</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão de Fornecedores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Promoção da Diversidade e Equidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relações com Sindicatos</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Saúde e Segurança dos Empregados</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Relacionamento com o Consumidor</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão Ambiental</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0,5
<i>Logística Reversa</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada	9,4	1,6	9,4	1,4	9,5	1,4

Tabela 2: Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Irani S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A seguir, a tabela 3, apresenta a análise comparativa das informações ambientais realizada nas demonstrações da CIA Melhoramentos de São Paulo. Antes de proceder com análise descritiva da tabela citada, é necessário esclarecer que até 2010 a Companhia Melhoramentos não disponibilizava um relatório de sustentabilidade específico como as demais empresas pesquisadas, sendo possível apenas o acesso ao relatório da administração do ano citado.

Outro ponto a ser considerado é que não há indícios em seus relatórios socioambientais que comprovem sua elaboração baseada nas diretrizes da GRI sendo, portanto, a sigla “GRI” utilizada na tabela alterada para “RS” ou Relatório de Sustentabilidade.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	RS	RA	RS	RA	RS	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Informações Financeiras Ambientais						
<i>Provisão p/ despesas com danos/remediação ambientais</i>		0	0	0	0	0
<i>Reserva Florestal</i>		0	1,0	0	1,0	0
Políticas Ambientais						
<i>Certificação FSC</i>		0	1,0	1,0	1,0	1,0
<i>Sistema de Gestão Ambientais (Certificação ISO 14001)</i>		0	0	0	0	0
<i>Políticas de monitoramento e segurança ambiental</i>		0	0,5	0,5	0,5	0,5
<i>Investimentos em tecnologia de produção eco-eficientes</i>		0,5	0	0	0	0
<i>Estabelecimento de objetivos e metas ambientais</i>		0	0	0,5	1,0	0,5
Impacto Ambiental						
<i>Tratamento de efluentes líquidos</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Redução de efluentes</i>		0	0	0	0	0
<i>Redução de emissões atmosféricas</i>		0	0	0	0	0
<i>Redução de efluentes líquidos orgânicos e inorgânicos</i>		0	0	0	0	0
<i>Redução de resíduos industriais</i>		0	0	0	0,5	0
<i>Tratamento de resíduos industriais</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Reciclagem de embalagens</i>		0	0,5	0	0	0
Insumos Ambientais (Água e Energia)						
<i>Redução do consumo de água</i>		0	0	0	0	0
<i>Reuso da água</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Uso de resíduos na produção de energia</i>		0	0,5	0	0	0
<i>Redução do consumo de energia</i>		0	0	0	0	0
Matéria-prima						
<i>Uso eficiente de matéria-prima</i>		0	0	0	0,5	0
<i>Uso de materiais eco-eficientes</i>		0	0,5	0	0	0
Legislação Ambiental						
<i>Conformidade com a legislação ambiental</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Créditos de Carbono</i>		0	0	0	0,5	0
<i>Licenças ambientais de operação</i>		0	0,5	0	1,0	0
<i>Educação Ambiental</i>		0	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Programas de educação ambientais para colaboradores</i>		0	1,0	0	0	0
<i>Programas de educação ambientais para a comunidade</i>		0	0	0,5	1,0	0,5
Recuperação, Preservação e Conservação de Áreas Ambientais						
<i>Recuperação de áreas degradadas</i>		0	0	0	0	0
<i>Proj. de preservação e conservação de áreas ambientais</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Ações de saneamento básico em comunidades do entorno</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Reflorestamento</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Fomento Florestal - parceria com produtores</i>		0	0	0	1,0	0
Outros						
<i>Premiado por ações de responsabilidade ambiental</i>		0	1,0	0	1,0	0
<i>Políticas de melhorias ambientais não especificadas</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas</i>		0	0	0	0	0
<i>Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores</i>		0	0,5	0	0,5	0
Pontuação Total Alcançada		0,1	3,4	0,8	4,1	0,8

Tabela 3: Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa CIA Melhoramentos São Paulo.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Os relatórios da administração e de sustentabilidade da CIA Melhoramentos apresentam enorme carência de informações socioambientais em relação aos relatórios das demais empresas analisadas. São demonstrativos constituídos quase que totalmente por informações

socioambientais descritivas, breves e superficiais, sendo raras as que apresentam algum valor monetário.

Os temas voltados para área ambiental seguem um padrão nos relatórios da administração onde são pouquíssimos explorados e com poucas adições de conteúdo também superficial no decorrer dos três anos. Das poucas informações que podem ser destacadas, pode ser citada a preocupação da empresa em evidenciar sua política ambiental certificada pela FSC – Forest Steward Council e sua preocupação com a educação ambiental promovida em comunidades próximas, através de projetos realizados em escolas, caminhadas ecológicas, dentre outras formas de conscientização ambiental na região.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	RS	RA	RS	RA	RS	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Indicadores Essenciais Ethos						
<i>Estratégias para a sustentabilidade</i>		0	0,5	0,5	1,0	0,5
<i>Proposta de Valor</i>		0	0,5	0	1,0	0,5
<i>Código de Conduta</i>		0	0,5	0	0,5	0,5
<i>Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)</i>		0	1,0	0	1,0	0
<i>Engajamento das Partes Interessadas</i>		0	1,0	0	1,0	0
<i>Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados</i>		0,5	0,5	0,5	1,0	0,5
<i>Concorrência Leal</i>		0	0	0	0	0
<i>Práticas Anticorrupção</i>		0	0	0	0	0
<i>Sistema de Gestão de Fornecedores</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão</i>		0	0	0	0	0
<i>Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos</i>		0	0	0	0	0
<i>Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva</i>		0	0	0	0,5	0
<i>Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva</i>		0	0	0	0	0
<i>Promoção da Diversidade e Equidade</i>		0	0	0	0,5	0
<i>Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)</i>		0	0,5	0,5	1,0	0,5
<i>Relações com Sindicatos</i>		0	0	0	0,5	0
<i>Saúde e Segurança dos Empregados</i>		0	0,5	0	1,0	0
<i>Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho</i>		0,5	0,5	0,5	1,0	0,5
<i>Relacionamento com o Consumidor</i>		0	0,5	0	0,5	0
<i>Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços</i>		0	0	0	0	0
<i>Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade</i>		0	0	0	0,5	0
<i>Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas</i>		0	0	0	0	0
<i>Sistema de Gestão Ambiental</i>		0	0	0	0	0
<i>Logística Reversa</i>		0	0,5	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada		0,4	2,9	0,8	5,2	1,2

Tabela 4: Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa CIA Melhoramentos S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A aplicação dos indicadores essenciais representados pela tabela 4 também constatou pouquíssimas informações contidas nos relatórios analisados como algumas melhorias no conteúdo do relatório de sustentabilidade do ano de 2012 quando comparado ao ano anterior, sendo que a empresa evidenciou informações bem mais relevantes sobre condições de

trabalho, qualidade de vida e jornada de trabalho e relações com os empregados, bem como sua saúde e segurança. O relatório da administração continuou apresentando carência de informações durante o período analisado.

A empresa Fibria S. A., conforme demonstra a tabela 5, evidenciou seus relatórios de 2010 e 2011, levando em consideração o mesmo padrão de informações específicas do GRI e informações superficiais do relatório da administração cabendo destacar as informações de investimentos em renovação florestal, que são discriminadas de forma idêntica nos relatórios durante os dois anos citados.

Em 2012, o relatório de sustentabilidade da Fibria S. A. teve sua estrutura um pouco alterada e diminuída em virtude da grande extensão de páginas dos relatórios anteriores procurando ser bem mais direto. No entanto, tal mudança ocasionou na ausência de algumas informações importantes evidenciadas nos anos anteriores e conseqüentemente diminuindo a pontuação atribuída ao total de informações ambientais evidenciadas.

Em contrapartida o relatório da administração sofreu modificações mais favoráveis abrangendo um número maior de informações relevantes organizadas em temas específicos atribuindo um pouco mais de relevância nos dados apresentados, mesmo que a maioria ainda estivesse expressa de forma superficial.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Informações Financeiras Ambientais						
<i>Provisão p/ despesas com danos/remediação ambientais</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5
<i>Reserva Florestal</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
Políticas Ambientais						
<i>Certificação FSC</i>	1,0	0	1,0	0,5	1,0	1,0
<i>Sistema de Gestão Ambientais (Certificação ISO 14001)</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Políticas de monitoramento e segurança ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0
<i>Investimentos em tecnologia de produção eco-eficientes</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0
<i>Estabelecimento de objetivos e metas ambientais</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0
Impacto Ambiental						
<i>Tratamento de efluentes líquidos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de efluentes</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5
<i>Redução de emissões atmosféricas</i>	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	0,5
<i>Redução de efluentes líquidos orgânicos e inorgânicos</i>	1,0	0	1,0	0	0,5	0
<i>Redução de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Tratamento de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	1,0
<i>Reciclagem de embalagens</i>	0,5	0	1,0	0	0	0
Insumos Ambientais (Água e Energia)						
<i>Redução do consumo de água</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Reuso da água</i>	0,5	0	0,5	0	1,0	0
<i>Uso de resíduos na produção de energia</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução do consumo de energia</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Matéria-prima						
<i>Uso eficiente de matéria-prima</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Uso de materiais eco-eficientes</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Legislação Ambiental						
<i>Conformidade com a legislação ambiental</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Créditos de Carbono</i>	1,0	0	0,5	0	1,0	1,0
<i>Licenças ambientais de operação</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Educação Ambiental</i>	1,0	0	1,0	0	0	0
<i>Programas de educação ambientais para colaboradores</i>	1,0	0	1,0	0	0	0
<i>Programas de educação ambientais para a comunidade</i>	1,0	0	1,0	0	0	0
Recuperação, Preservação e Conservação de Áreas Ambientais						
<i>Recuperação de áreas degradadas</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	0	0,5
<i>Proj. de preservação e conservação de áreas ambientais</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Ações de saneamento básico em comunidades do entorno</i>	0,5	0	0	0	0,5	0
<i>Reflorestamento</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5
<i>Fomento Florestal - parceria com produtores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
Outros						
<i>Premiado por ações de responsabilidade ambiental</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	0	0
<i>Políticas de melhorias ambientais não especificadas</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada	9,1	1,8	9,0	2,0	7,3	3,4

Tabela 5: Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Fibria S. A.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A análise feita com base na aplicação dos indicadores essenciais Ethos, conforme representada na tabela 6, atribuiu a pontuação máxima ao relatório de sustentabilidade da Fibria S. A. em 2011, valendo ressaltar também que o relatório de 2010 quase alcançou a mesma pontuação.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Indicadores Essenciais Ethos						
<i>Estratégias para a sustentabilidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Proposta de Valor</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Código de Conduta</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Engajamento das Partes Interessadas</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0
<i>Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Concorrência Leal</i>	1,0	0	1,0	0	0	0
<i>Práticas Anticorrupção</i>	0,5	0	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão de Fornecedores</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva</i>	1,0	0	1,0	0	0	0
<i>Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva</i>	1,0	0	1,0	0	0	0
<i>Promoção da Diversidade e Equidade</i>	1,0	0	1,0	0	0	0
<i>Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relações com Sindicatos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Saúde e Segurança dos Empregados</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Relacionamento com o Consumidor</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Sistema de Gestão Ambiental</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Logística Reversa</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada	9,8	1,2	10,0	1,0	8,3	2,7

Tabela 6: Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Fibria S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Os relatórios da administração tiveram um desempenho menor em relação à tabela anterior. O uso dos Indicadores Ethos nesse caso se mostrou mais diferenciado em relação às empresas analisadas anteriormente, por deixar claro que, mesmo sendo evidentes as melhoras atribuídas ao relatório da administração do ano de 2012, de uma maneira geral ele ainda se encontra bem superficial em transmitir o conceito de responsabilidade social adotado pelas empresas.

A tabela 7 comparou as ações ambientais da empresa Klabin S. A. durante o período analisado, onde os relatórios da administração analisados mantiveram o mesmo nível de informações superficiais evidenciadas durante os três anos, com exceção das informações sobre reflorestamento que sintetizaram de forma específica as informações apresentadas nos relatórios de sustentabilidade sobre o mesmo assunto e os dados referentes a fomento florestal que, com exceção do relatório da administração de 2012, foram demonstrados de maneira clara e específica.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Informações Financeiras Ambientais						
<i>Provisão p/ despesas com danos/remediação ambientais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Reserva Florestal</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
Políticas Ambientais						
<i>Certificação FSC</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0
<i>Sistema de Gestão Ambientais (Certificação ISO 14001)</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Políticas de monitoramento e segurança ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Investimentos em tecnologia de produção eco-eficientes</i>	1,0	0	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Estabelecimento de objetivos e metas ambientais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Impacto Ambiental						
<i>Tratamento de efluentes líquidos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de efluentes</i>	1,0	0	1,0	0,5	1,0	0
<i>Redução de emissões atmosféricas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Redução de efluentes líquidos orgânicos e inorgânicos</i>	1,0	0	1,0	0	0,5	0
<i>Redução de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Tratamento de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Reciclagem de embalagens</i>	0,5	0	0,5	0	1,0	0
Insumos Ambientais (Água e Energia)						
<i>Redução do consumo de água</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Reuso da água</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Uso de resíduos na produção de energia</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Redução do consumo de energia</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
Matéria-prima						
<i>Uso eficiente de matéria-prima</i>	0,5	0,5	0,5	0	0,5	0
<i>Uso de materiais eco-eficientes</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Legislação Ambiental						
<i>Conformidade com a legislação ambiental</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Créditos de Carbono</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Licenças ambientais de operação</i>	0,5	0	0,5	0	1,0	0
<i>Educação Ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Programas de educação ambientais para colaboradores</i>	1,0	0	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Programas de educação ambientais para a comunidade</i>	1,0	0	1,0	0,5	1,0	0,5
Recuperação, Preservação e Conservação de Áreas Ambientais						
<i>Recuperação de áreas degradadas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Proj. de preservação e conservação de áreas ambientais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Ações de saneamento básico em comunidades do entorno</i>	0,5	0	0	0	0	0
<i>Reflorestamento</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
<i>Fomento Florestal - parceria com produtores</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5
Outros						
<i>Premiado por ações de responsabilidade ambiental</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0,5
<i>Políticas de melhorias ambientais não especificadas</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas</i>	0,5	0	0	0	0	0
<i>Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada	9,3	2,0	9,0	2,0	9,1	2,0

Tabela 7: Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Klabin S. A.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

É importante ressaltar como informação adicional que a Klabin S. A. no relatório de sustentabilidade do ano de 2010 costumava publicar também o Balanço Social IBASE como componente do relatório de sustentabilidade garantindo assim mais transparência com a utilização conjunta desses dois demonstrativos. Pereira (2012) constatou através de sua

pesquisa que a empresa costumava publicar o Balanço Social como componente do relatório de Sustentabilidade desde 2007 até 2010 mesmo sem nenhuma obrigação legal.

Com relação aos indicadores essenciais Ethos representados na Tabela 8, pode-se afirmar que durante o período de análise, a empresa não evidenciou informações referentes a indicadores sociais importantes como monitoramento de impactos do negócio nos direitos humanos e foi bem superficial nas poucas informações presentes no relatório sobre erradicação do trabalho infantil e trabalho escravo.

Comparação dos Relatórios GRI X RA da KLABIN S.A

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Indicadores Essenciais Ethos						
<i>Estratégias para a sustentabilidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Proposta de Valor</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Código de Conduta</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)</i>	1,0	0	1,0	0,5	0,5	0,5
<i>Engajamento das Partes Interessadas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Concorrência Leal</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Práticas Anticorrupção</i>	0	0	0	0	0,5	0
<i>Sistema de Gestão de Fornecedores</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Promoção da Diversidade e Equidade</i>	0,5	0	1,0	0	0,5	0
<i>Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Relações com Sindicatos</i>	0,5	0	0,5	0	0	0
<i>Saúde e Segurança dos Empregados</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relacionamento com o Consumidor</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão Ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Logística Reversa</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada	7,5	1,2	7,7	1,2	7,3	1,2

Tabela 8: Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Klabin S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Por último, foi analisado o nível de comparação existente nas informações ambientais nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Suzano Papel e Celulose S. A. conforme representado na Tabela 9.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Informações Financeiras Ambientais						
<i>Provisão p/ despesas com danos/remediação ambientais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Reserva Florestal</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Políticas Ambientais						
<i>Certificação FSC</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão Ambientais (Certificação ISO 14001)</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Políticas de monitoramento e segurança ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Investimentos em tecnologia de produção eco-eficientes</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Estabelecimento de objetivos e metas ambientais</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0
Impacto Ambiental						
<i>Tratamento de efluentes líquidos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de efluentes</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de emissões atmosféricas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de efluentes líquidos orgânicos e inorgânicos</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Redução de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Tratamento de resíduos industriais</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Reciclagem de embalagens</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Insumos Ambientais (Água e Energia)						
<i>Redução do consumo de água</i>	1,0	0	1,0	0,5	1,0	0
<i>Reuso da água</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Uso de resíduos na produção de energia</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0
<i>Redução do consumo de energia</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Matéria-prima						
<i>Uso eficiente de matéria-prima</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Uso de materiais eco-eficientes</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Legislação Ambiental						
<i>Conformidade com a legislação ambiental</i>	1,0	0,5	1,0	0	1,0	0
<i>Créditos de Carbono</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Licenças ambientais de operação</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0
<i>Educação Ambiental</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Programas de educação ambientais para colaboradores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Programas de educação ambientais para a comunidade</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Recuperação, Preservação e Conservação de Áreas Ambientais						
<i>Recuperação de áreas degradadas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Proj. de preservação e conservação de áreas ambientais</i>	0,5	0,5	1,0	0	0,5	0
<i>Ações de saneamento básico em comunidades do entorno</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Reflorestamento</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Fomento Florestal - parceria com produtores</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0
Outros						
<i>Premiado por ações de responsabilidade ambiental</i>	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0
<i>Políticas de melhorias ambientais não especificadas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada	9,6	2,1	9,7	1,7	9,6	0,7

Tabela 9: Comparação das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Suzano S. A.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Foi possível constatar que a empresa apresenta relatórios de sustentabilidade muito bem estruturados e precisos em evidenciar a maioria das ambientais analisadas. Em contrapartida, seus relatórios da administração não possuem um tema específico destinado às informações

ambientais e, conseqüentemente, as poucas informações dessa natureza presentes no relatório são superficiais, estabelecendo pouca ligação com as informações evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade.

Um dos poucos pontos a serem ressaltados é o tópico destinado à unidade de negócios florestal presente nos três relatórios onde são fornecidos alguns detalhes a respeito da reserva florestal da empresa e algumas informações sobre reflorestamento. Um ponto que vale ser ressaltado é a presença do Balanço Social IBASE no relatório de sustentabilidade de 2010 assim como na empresa Klabin.

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Indicadores Essenciais Ethos						
<i>Estratégias para a sustentabilidade</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Proposta de Valor</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Código de Conduta</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Engajamento das Partes Interessadas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados</i>	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5
<i>Concorrência Leal</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Práticas Anticorrupção</i>	0,5	0	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão de Fornecedores</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos</i>	0,5	0	1,0	0	1,0	0
<i>Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Promoção da Diversidade e Equidade</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relações com Sindicatos</i>	0,5	0	0,5	0	0,5	0
<i>Saúde e Segurança dos Empregados</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Relacionamento com o Consumidor</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
<i>Sistema de Gestão Ambiental</i>	0,5	0,5	0,5	0	0,5	0
<i>Logística Reversa</i>	1,0	0	1,0	0	1,0	0
Pontuação Total Alcançada	8,5	0,6	8,9	0,4	8,9	0,4

Tabela 10: Comparação das informações nos relatórios de sustentabilidade e administração da empresa Suzano S. A. mediante a aplicação dos indicadores Ethos essencial.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A análise baseada na aplicação dos indicadores Ethos na Tabela 10 constatou informações semelhantes com relação aos relatórios de sustentabilidade. Porém, assim como ocorreu com análise da empresa anterior, existe certa carência de informações sociais referente a direitos humanos, trabalho infantil e trabalho forçado.

A empresa não se mostrou muito específica com essas informações, sendo que é de vital importância para a política socioambiental de uma empresa desse porte deixar claro para as partes interessadas como são valorizados os direitos humanos em sua gestão, bem como suas ações para erradicar a mão de obra infantil e o trabalho escravo.

Os relatórios da administração mostraram uma falta ainda maior de informações nesse quesito por serem voltados mais para os detalhes econômico-financeiros da empresa não fornecendo um tema específico para os assuntos de interesse dessa pesquisa e conseqüentemente não fornecendo as informações necessárias para constituir uma comparação adequada de informações socioambientais com os relatórios de sustentabilidade.

Pontuação Total Alcançada nos indicadores Ambientais						
Empresas Analisadas	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
<i>Celulose Irani S.A.</i>	9,0	2,8	8,4	3,0	7,8	2,4
<i>Cia Melhoramentos de Sao Paulo</i>		0,1	3,4	0,8	4,1	0,8
<i>Fibra Celulose S.A.</i>	9,1	1,8	9,0	2,0	7,3	3,4
<i>Klabin S.A.</i>	9,3	2,0	9,0	2,0	9,1	2,0
<i>Suzano Papel e Celulose S.A.</i>	9,6	2,1	9,7	1,7	9,6	0,7

Pontuação Total Alcançada nos indicadores Essenciais Ethos						
Empresas Analisadas	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
<i>Celulose Irani S.A.</i>	9,4	1,6	9,4	1,4	9,5	1,4
<i>Cia Melhoramentos de Sao Paulo</i>		0,4	2,9	0,8	5,2	1,2
<i>Fibra Celulose S.A.</i>	9,8	1,2	10,0	1,0	8,3	2,7
<i>Klabin S.A.</i>	7,5	1,2	7,7	1,2	7,3	1,2
<i>Suzano Papel e Celulose S.A.</i>	8,5	0,6	8,9	0,4	8,9	0,4

Tabela 11: Síntese da pontuação total alcançada pelas empresas na aplicação dos indicadores ambientais e indicadores essenciais Ethos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Levando em consideração o trabalho realizado em relação ao desempenho das empresas, conforme demonstrado pela tabela 11, foi possível constatar que a empresa Irani S. A. se destacou nas informações evidenciadas em seus relatórios de sustentabilidade durante o período de análise alcançando uma alta pontuação de informações divulgadas de forma específica tanto na coleta de informações ambientais quanto na aplicação dos indicadores essenciais Ethos.

Seus relatórios de administração, apesar de serem constituídos de informações socioambientais superficiais, se destacaram por representarem os dados referentes a emissões atmosféricas e créditos de carbono de forma condizente as informações encontradas nos relatórios de sustentabilidade em quase todos os anos pesquisados.

A Companhia Melhoramentos apresentou relatórios com poucas informações requisitadas pela análise. Seus relatórios de sustentabilidade são bem resumidos e a maioria das informações é expressa de forma descritiva e superficial preenchendo poucos requisitos

exigidos na análise. No entanto, é válido destacar que a estrutura de dados de seu relatório de sustentabilidade teve uma melhora considerável de 2011 para 2012 por mais tenha sido simples em relação as outras empresas.

A Fibria S. A. se destacou na análise de seus relatórios por evidenciar o valor de seus investimentos em renovação florestal nos relatórios de 2010 e 2011, agregando maior confiança a essa informação. Em 2012 a empresa se destacou pelo maior número de informações ambientais contidos no relatório da administração, demonstrando maior preocupação da empresa e conscientização a importância dessa questão.

Apesar de ainda conter a maioria das informações ambientais relatadas de forma parcial, o relatório da administração da empresa do ano de 2012 alcançou o maior número de informações ambientais demonstradas, bem como também conseguiu a maior pontuação (se comparado com o desempenho dos relatórios da administração das demais empresas analisadas) na aplicação dos indicadores Ethos.

A Klabin S. A. se destacou por evidenciar em seus relatórios da administração informações sobre fomento florestal e reflorestamento possibilitando serem comparadas com os relatórios de sustentabilidade. Já na aplicação dos indicadores Ethos, a empresa mostrou certa carência de informações referentes aos indicadores sociais como impacto dos negócios nos direitos humanos, trabalho infantil e trabalho escravo.

A Suzano Papel e Celulose demonstrou um ótimo desempenho nas informações ambientais divulgadas em seus relatórios de sustentabilidade. Na aplicação dos indicadores Ethos, obtiveram uma alta pontuação, porém apresentaram informações muito simples nos mesmos indicadores sociais da empresa Klabin S. A.

Com relação a seus relatórios da administração, são elaborados com base numa estrutura em que não há um tema específico para as informações ambientais e sociais, não permitindo uma comparação relevante com o relatório de sustentabilidade, e conseqüentemente, demonstrando uma das pontuações mais baixas em relação às empresas analisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade social se tornou um fator essencial a ser considerado no atual ambiente organizacional. Seja para assegurar o progresso dos negócios, cumprir as novas exigências dos stakeholders, ou se caracterizar como um fator competitivo nas empresas é indiscutível sua presença em gestões que visam o progresso e continuidade de seus empreendimentos.

A pesquisa realizada teve como principal objetivo Analisar as informações sociais e ambientais divulgadas pelas empresas de papel e celulose listadas na BM&FBovespa nos períodos de 2010 a 2012. Visando alcançar tal meta foram traçados quatro objetivos específicos onde o primeiro foi cumprido mediante uma pesquisa exploratória realizada no site da BM&FBovespa, bem como nos sites das respectivas empresas pertencentes ao segmento de papel e celulose, possibilitando determinar quais empresas fariam parte da amostra final a ser utilizada para análise na pesquisa realizada.

O segundo objetivo específico foi alcançado mediante uma pesquisa bibliográfica baseada na obra de Carneiro, De Luca e Oliveira (2008) e Pereira (2010), permitindo a construção de uma tabela com os principais indicadores ambientais utilizados pelos referidos autores, o que possibilitou a comparação das informações ambientais entre os relatórios de sustentabilidade e administração das empresas analisadas.

O terceiro objetivo foi cumprido através de uma pesquisa documental, tornando possível a aplicação de uma segunda tabela estruturada pelos indicadores do Instituto Ethos pertencentes à categoria Essencial, fato esse que permitiu descrever o nível de evidenciação de algumas informações socioambientais importantes durante a realização da análise nos relatórios das empresas.

O quarto e último objetivo foi alcançado por intermédio de uma pesquisa bibliográfica realizada com base no estudo de Ciofi (2010), onde foi possível adaptar a metodologia do referido autor de forma condizente com os objetivos do presente estudo, resultando na determinação da pontuação atribuída que caracterizou o padrão de evidenciação socioambiental de cada empresa estudada.

Os resultados obtidos na pesquisa permitiram identificar o que as empresas divulgam de forma superficial e específica. Como as informações pesquisadas são, em sua essência, divulgadas voluntariamente pelas empresas, a análise do relatório da administração permitiu identificar as informações que são divulgadas em caráter mais espontâneo e superficial, cujo

principal objetivo consiste mais em enaltecer a imagem das empresas do que fornecer informações realmente úteis.

Em contrapartida, a análise dos relatórios de sustentabilidade permitiu comprovar quais informações divulgadas no relatório da administração são realmente coerentes com a realidade da empresa, bem como possibilitou identificar as informações socioambientais que constituem sua imagem socialmente responsável. Também foi constatado que a maioria dos relatórios possuía informações referentes ao nível de aplicação das diretrizes GRI, o que permitiu agregar maior transparência e confiança no conteúdo apresentado.

A pesquisa realizada por Ciofi (2010) utilizou sete empresas do setor de papel e celulose afiliadas a Associação Brasileira de Papel e Celulose – BRACELPA no intuito de cumprir o objetivo de investigar o nível de responsabilidade socioambiental presente nas mesmas. De maneira semelhante a esse trabalho, o autor utilizou informações presentes nos relatórios de sustentabilidade e administração das empresas chegando à conclusão de que mesmo sendo presente uma evolução na elaboração dos relatórios analisados, a transparência poderia ser bem maior.

A conclusão expressa pelo autor possui certa concordância com os eventos constatados no presente trabalho, pelo fato das análises realizadas apontarem uma evolução na elaboração dos relatórios da administração de algumas empresas, mesmo que a maioria das informações ainda seja superficial, evidenciando uma maior necessidade de transparência nas informações divulgadas.

Tendo em vista as informações analisadas das empresas que constituíram a amostra dessa pesquisa, é importante citar que todas as empresas consideradas (com exceção da Companhia Melhoramentos de São Paulo) evidenciam sua aderência ao Pacto Global estabelecido pela ONU, bem como em alguns casos, fazem uma interligação dos indicadores de desempenho de seus relatórios de sustentabilidade com os princípios do pacto global, buscando agregar um maior valor em suas informações socioambientais.

Levando em consideração essa preocupação em esclarecer que suas ações também são refletidas mediante o cumprimento dessa iniciativa internacional, também seria sábio seguir as recomendações da própria ONU com relação ao conteúdo das informações ambientais evidenciadas no relatório da administração que, inclusive foram citadas nesse trabalho, gerando uma melhor coerência entre as informações evidenciadas nesse demonstrativo e no relatório de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Claudia Ferreira da. **Balço social como instrumento para demonstrar a reponsabilidade social das entidades: uma discussõ quanto à elaboraçõ, padronizaçõ e regulamentaçõ.** *Pensar Contábil*, v. 8, n. 34, 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3/08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/15/15>>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

ALBUQUERQUE, José de Lima, (organizador). **Gestõ ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações.** São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/eventos/sociedade_por_acoes.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2014.

BARROS, Raimundo Péricles Matos; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Responsabilidade social: valor corporativo ou individual. O caso do consórcio de alumínio do Maranhão.** *30º Encontro da ANPAD*, v. 23, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsc-1263.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

CARNEIRO, José Eliano; LUCCA, Márcia Martins Mendes de; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa.** *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n.3, p.39-67, set. 2008. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/360>>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

CIOFI, José Leandro. **Uma investigaçõ do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influênciã das informações financeiras sobre a qualidade da divulgaçõ socioambiental.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-11052010-151545/>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer da Orientaçõ N° 15/87.** Disponível em: <www.cvm.org.br>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberaçõ CVM n. 29/86. Brasília: CVM, 1986.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=/deli/deli029.htm>>. Acesso em: Janeiro de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00. Pronunciamento Conceitual Básico (R1).** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS–CPC. **Pronunciamento técnico CPC 03: Demonstraçõ do Fluxo de Caixa.** Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: Janeiro de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS–CPC. **Pronunciamento técnico CPC 09: Demonstraçõ do Valor Adicionado.** Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: Janeiro de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS–CPC. Pronunciamento técnico CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: Janeiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBC T – 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1003.htm>>. Acesso em: Janeiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1.138 de 21 de novembro de 2008, que aprova a NBC T – 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado.

Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1138_2008.htm>. Acesso em: Janeiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução 750/1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. CFC: Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>> Acesso em: Janeiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 737/92, que aprova a NBC T – 6 – Da divulgação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t6.htm>> Acesso em: Janeiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC Nº 820/97, que aprova a NBC T – 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>> Acesso em: Janeiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1.282 de 28 de maio de 2010. Altera e revoga dispositivos da Resolução CFC nº 750/93. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaoafc774.htm>>. Acesso em: Janeiro de 2014.

FERRARI, Ed Luiz. Contabilidade Geral: Teoria e mais de 1000 questões. 12ª. ed. rev. – Niterói, RJ: Impetus, 2012. 168p.

FERREIRA, Flávio Smania; PUCCI, Eliton Piedade; LOPES, Dirceu Marques; ALBONETI, Evaldo Francisco. Responsabilidade Social Corporativa no processo estratégico das organizações: uma abordagem através do Balanço Social. VII SEMEAD Seminários em Administração, v. 7, 2004. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7Semead/paginas/artigos%20recebidos/Socioambiental/SA05_Respons_Social_Corporativa_Proc_Estrategi.PDF>. Acesso em: Janeiro de 2014.

FERREIRA, Luiz Felipe; TRÊS, Lucimara D; GARCIA, Gisele Eliete, JUNIOR, Francisco JB; FERREIRA, Denize D. M. Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative GRI. SEGeT–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2009 Disponível em: <[http://info.aedb.br/seget/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget\[2\].pdf](http://info.aedb.br/seget/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget[2].pdf)>. Acesso em: Janeiro de 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Karideny Nardi Modenesi. **Responsabilidade Social nas Empresas: uma nova postura empresarial—O caso CST.** *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*, v. 3, p. 33, 2002. Disponível em: http://www.internethos.org.br/_Uniethos/Documents/Responsabilidade%20Social%20nas%20Empresas.pdf. Acesso em: Fevereiro de 2014.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **G3 - Diretrizes para relatório de sustentabilidade.** 2006. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/>. Acesso em: Janeiro de 2014.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **G4 - Diretrizes para relatório de sustentabilidade.** 2013. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Balanco social – modelo 2007.** Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br> >. Acesso em: Fevereiro de 2014.

INSTITUTO BRASIL PNUMA. **As Normas ISO 14000.** Disponível em: <http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/iso14000.html>>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social.** Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007.** Disponível em: http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanco2007_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Práticas empresariais de responsabilidade social: relação entre os princípios do Global Compact e os indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial.** 2003. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Praticas.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.** <http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: Janeiro de 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

ISO, NORMA 14001: **Sistemas de Gestão Ambiental-Especificação e Diretrizes para Uso.** São Paulo. 2003. Disponível em:< https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CDMQFjAB&url=http%3A%2F%2F200.144.189.97%2Fphd%2FLeArq.aspx%3Ffid_arq%3D2236&ei=SUUdU8LjC8jkbQegplGgAQ&usg=AFQjCNF_qCAVYI2rmeNJo0GHW4SS40nXvw&sig2=n8MRQy29fKF9uFo56o_JA&bvm=bv.62578216,d.eW0> Acesso em: Janeiro de 2014.

ISO, ABNT-NBR. 14001: **Sistemas de Gestão Ambiental-Especificação e Diretrizes para Uso.** ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, RJ, 1996. Disponível em: <http://www.geocities.ws/admqualidade/iso14001.pdf>> Acesso em: Fevereiro de 2014.

ISO, ABNT NBR. 14031: **Gestão Ambiental – Avaliação de Desempenho Ambiental – Diretrizes.** Disponível em:< https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CDQqFjAB&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F24227983%2F1255282711%2Fname%2FABNT%2BNBR%2BISO%2B14031.pdf&ei=vkwdU_DtKYejkQfrulHoCg>

&usg=AFQjCNG9HMoAheheP7pMAGOWqkZeQOjz5A&sig2=4EbQYMGyPhZXoDo_qzOt-g&bvm=bv.62578216,d.eW0> Acesso em: Fevereiro de 2014.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade ambiental como sistema de informações.** *Contabilidade Vista & Revista*, v. 12, n. 3, p. 71-92, 2009. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/184/178>>. Acesso em: Janeiro de 2014.

MARION, José Carlos de. **Contabilidade Básica.** – 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES JUNIOR, José Jayme. **Contabilidade Geral.** 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 648p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247 p.

NEVES, Maria Elisabete; DIAS, António Carlos Gomes. **Responsabilidade social corporativa: teorias predominantes na investigação em Contabilidade.** *Revista Razão Contábil & Finanças*, v. 3, n. 1, 2013. Disponível: <<http://www.fate.edu.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/28/35>>. Acesso em: Janeiro de 2014.

ORO, Ieda Margarete; SANTOS, Vandaelis dos; TENROLLER, Andreia; ROCHA, Mauro Vendruscolo. **Evidenciação contábil de empresas catarinenses Joaçaba.** *Evidenciação contábil de empresas catarinenses. Unoesc & Ciência-ACSA*, v. 1, n. 1, p. 39-52, 2010. em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/177/29>> Acesso em: Janeiro de 2014.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** – 1. Ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento.** In: *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública (2002, Lisboa, Portugal)*. 2002. p. 8-11. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044201.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

PEREIRA, Taise Piazzoli Maximo. **Análise das Informações Ambientais Evidenciadas nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas de Papel e Celulose Listadas na Bovespa no Período de 2007 Á 2010.** 81 p. Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc. Criciúma – SC. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/1321/Taise%20Piazzoli%20Maximo%20.pdf?sequence=1>>. Acesso em: Janeiro de 2014.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcicleide; organizadores. **Estudando Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** – 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

ROCHA, Luís Fernando da; ESTEVES, Ana Gabriela; PEDRA, Christiane Damuedo Prata; PAES, Jamille Cristielle Pereira Trindade. **Uma Análise da Evidenciação Contábil Contida nos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Listadas na BM&FBovespa.** Universidade Federal do Pará. 2013. Disponível em: <csearsouthamerica.org/2013/sites/default/files/46_uma_analise_da_evidenciacao_contabil_c

ontida_nos_relatorios_de_sustentabilidade_de_empresas_listadas_na_bmfbovespa.pdf>
Acesso em: Fevereiro de 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández et al. **Metodologia de pesquisa**. 2006.

THE GLOBAL COMPACT. **Boletim Brasileiro do Pacto Global**. ANO I - Nº 01 - Agosto 2004. Disponível em:<

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Finvestidorpetrobras.com.br%2Fflumis%2Fportal%2Ffile%2FfileDownload.jsp%3FfileId%3D8A78D6843414E55F01342409C5717CEB&ei=pzkdU5eIDpOHkQeN0YCgBw&usg=AFQjCNHZL_wnUbSQWDbbPMn-rX0WpDGuzw&sig2=IFkPK1chpiknzoaAWZljKA&bvm=bv.62578216,d.eW0>. Acesso em: Janeiro de 2014.

TEIXEIRA, Conceição de Moura Diniz; SILVA, Ana Paula Ferreira da; PEREIRA, Jairo.

DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL CONFORME AS ORIENTAÇÕES DA NBCT – 15: um estudo realizado nas maiores empresas de capital aberto no Brasil. *Convibra*

Administração. 2011. Disponível em:

<http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3541.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil**. *Anais ENAMPAD*, 2006. Disponível em: <

<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-eora-2179.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

Sites Visitados:

<<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Papel+e+Celulose&idioma=pt-br>>

<http://www.suapesquisa.com/o_que_e/iso_14000.htm>

<<http://www.klabin.com.br>>

<www.fibria.com.br>

<<http://www.suzano.com.br>>

<<http://www.melhoramentos.com.br>>

<<http://www.irani.com.br>>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro dos Indicadores Ambientais

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Pontuação atribuída conforme a metodologia						
Informações Financeiras Ambientais						
<i>Provisão p/ despesas com danos/remediação ambientais</i>						
<i>Reserva Florestal</i>						
Políticas Ambientais						
<i>Certificação FSC</i>						
<i>Sistema de Gestão Ambientais (Certificação ISO 14001)</i>						
<i>Políticas de monitoramento e segurança ambiental</i>						
<i>Investimentos em tecnologia de produção eco-eficientes</i>						
<i>Estabelecimento de objetivos e metas ambientais</i>						
Impacto Ambiental						
<i>Tratamento de efluentes líquidos</i>						
<i>Redução de efluentes</i>						
<i>Redução de emissões atmosféricas</i>						
<i>Redução de efluentes líquidos orgânicos e inorgânicos</i>						
<i>Redução de resíduos industriais</i>						
<i>Tratamento de resíduos industriais</i>						
<i>Reciclagem de embalagens</i>						
Insumos Ambientais (Água e Energia)						
<i>Redução do consumo de água</i>						
<i>Reuso da água</i>						
<i>Uso de resíduos na produção de energia</i>						
<i>Redução do consumo de energia</i>						
Matéria-prima						
<i>Uso eficiente de matéria-prima</i>						
<i>Uso de materiais eco-eficientes</i>						
Legislação Ambiental						
<i>Conformidade com a legislação ambiental</i>						
<i>Créditos de Carbono</i>						
<i>Licenças ambientais de operação</i>						
<i>Educação Ambiental</i>						
<i>Programas de educação ambientais para colaboradores</i>						
<i>Programas de educação ambientais para a comunidade</i>						
Recuperação, Preservação e Conservação de Áreas Ambientais						
<i>Recuperação de áreas degradadas</i>						
<i>Proj. de preservação e conservação de áreas ambientais</i>						
<i>Ações de saneamento básico em comunidades do entorno</i>						
<i>Reflorestamento</i>						
<i>Fomento Florestal - parceria com produtores</i>						
Outros						
<i>Premiado por ações de responsabilidade ambiental</i>						
<i>Políticas de melhorias ambientais não especificadas</i>						
<i>Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas</i>						
<i>Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores</i>						
Pontuação Total Alcançada						

APÊNDICE B – Quadro dos Indicadores Essenciais Ethos

Informações socioambientais	2010		2011		2012	
Pontuação atribuída conforme a metodologia	GRI	RA	GRI	RA	GRI	RA
Indicadores Essenciais Ethos						
<i>Estratégias para a sustentabilidade</i>						
<i>Proposta de Valor</i>						
<i>Código de Conduta</i>						
<i>Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)</i>						
<i>Engajamento das Partes Interessadas</i>						
<i>Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados</i>						
<i>Concorrência Leal</i>						
<i>Práticas Anticorrupção</i>						
<i>Sistema de Gestão de Fornecedores</i>						
<i>Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão</i>						
<i>Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos</i>						
<i>Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva</i>						
<i>Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva</i>						
<i>Promoção da Diversidade e Equidade</i>						
<i>Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)</i>						
<i>Relações com Sindicatos</i>						
<i>Saúde e Segurança dos Empregados</i>						
<i>Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho</i>						
<i>Relacionamento com o Consumidor</i>						
<i>Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços</i>						
<i>Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade</i>						
<i>Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas</i>						
<i>Sistema de Gestão Ambiental</i>						
<i>Logística Reversa</i>						
Pontuação Total Alcançada						